



ÁREA TEMÁTICA: Migrações, etnicidade e racismo

“Representações sociais face a práticas de discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na AML”

MENDES, Maria Manuela

Doutoramento em Sociologia

FA-UTL

mamendes@fa.utl.pt

Resumo

A comunicação que se pretende apresentar centra-se na análise das representações dos imigrantes russos e ucranianos e ciganos sobre domínios, práticas e situações percebidos como discriminatórios no contexto das relações entre estes grupos e a sociedade maioritária. Neste estudo de carácter qualitativo confere-se um lugar de centralidade à entrevista em profundidade realizada aos ciganos portugueses e aos imigrantes russos e ucranianos (74 entrevistas entre meados de 2003 e finais de 2004) a residir na Área Metropolitana de Lisboa.

Palavras-chave: discriminação; representações sociais; ciganos portugueses; imigrantes russos e ucranianos





INTRODUÇÃO

A nossa atenção focalizar-se-á em fenómenos designados pelos autores francófonos (Guillaumin, 1993 in Wieviorka; Balibar, 1990; Taguief, 1987 e 1991; Wieviorka, 1991, 1993 e 1995, entre outros), como *racismo institucional* que assenta em duas lógicas de funcionamento, indissociáveis entre si: a de diferenciação e a de hierarquização. O racismo institucional não se reporta necessariamente à organização político-administrativa, mas mais a práticas sociais que reflectem “*la marque du racisme*” e que podem assumir “*la forme de pratiques sociales floues, presque incertaines...*” (Bataille in Dewitt (dir.), 1999, p. 286). Ou seja, são práticas que assumem contornos difusos, pouco visíveis, banais, subtis, dissimulados; por isso mesmo, tais práticas são por vezes desvalorizadas e não reconhecidas pelas próprias vítimas, porque se lhes prefiguram como socialmente legítimas.

O conhecimento de eventos mais associados ao racismo institucional leva a recentrar o olhar no funcionamento de alguns espaços sociais, como o mercado de habitação, o mercado de trabalho, a escola, a intervenção da polícia, entre outros domínios. Como refere Philippe Bataille (1999 in Dewitt (dir.)), estas práticas ao serem difusas e banais tornam-se socialmente legítimas porque acabam por ser aceites como normais.

O objectivo é analisar as práticas sociais e não tanto os indivíduos, embora este estudo se centre nas experiências quotidianas vividas pelos imigrantes russos e ucranianos e indivíduos ciganos e captadas através das construções verbais relativas às suas experiências. Neste contexto, pedimos aos interlocutores ou narradores para situar as experiências contadas no contexto social que os envolve. O contexto é aqui determinante, atendendo-se às condicionantes, aos antecedentes e consequências inerentes aos eventos narrados pelos entrevistados. Neste âmbito, faz sentido retomar aqui a noção de “*everyday racism*” tal como é definida e usada por Philomena Essed (1991, p. 2). A autora considera que o racismo não se resume às estruturas sociais e às ideologias, sendo encarado antes de mais: “as a process it is routinely created and reinforced through everyday practices”. É assim possível conciliar as dimensões ideológicas e estruturais do racismo com as componentes cognitivas, bem como as atitudes e experiências do dia a dia. Esta forma de manifestação é racismo “but not all racism is everyday racism” (Essed, 1991, p. 3), envolvendo práticas sociais sistemáticas, recorrentes, familiares e banais.¹ O *racismo quotidiano* é um fenómeno multidimensional e a sua análise pressupõe a conciliação entre as perspectivas interaccionistas e de carácter micro-localizado com teorias de carácter macro e estruturalistas, procurando-se assim conhecer e compreender as experiências do dia a dia, explorando-se quer a dimensão experiencial, quer a cognitiva. Deste modo, e apostando numa análise mais micro-localizada, procurou-se conhecer os principais domínios de discriminação de que os ciganos e os imigrantes são alvo em diferentes sectores da vida social.

Procuramos assim dar resposta a algumas questões, tendo em linha de conta a ideia de que a discriminação ocorre em situações e contextos de interacção. Neste sentido, importa conhecer as perspectivas dos grupos em estudo, em relação a algumas questões centrais, tais como: em que contextos ocorre a discriminação, quem são geralmente os agentes perpetradores e quais as suas motivações?

Por outro lado, será que a situação de imigrante e a pertença a um grupo étnico e cultural minoritário se relaciona com a interiorização de uma posição social marcada por uma certa subalternidade, situação que poderá eventualmente implicar uma maior acomodação face às situações de discriminação, que poderão ser “naturalizadas” no seu quotidiano? Face à discriminação, os discriminados sobrevalorizam representacional e afectivamente o *Eu*, por comparação com os *Outros* (maioria e outras minorias) ou inferiorizam esses mesmos *Outros*?

Adicionalmente interessa perceber de que modo as emoções interferem e condicionam os comportamentos, vivenciadas em situações e contextos de discriminação, por parte dos sujeitos. Em síntese, trata-se aqui de analisar não só a dimensão representacional, mas também a dimensão



experiencial, dada a imersão do actor nas interacções da vida do dia-a-dia, evidenciando as situações, os contextos e os eventos que poderão indiciar práticas de racismo quotidiano. Assim, e apostando numa análise mais micro-localizada, procurou-se conhecer os principais domínios de discriminação de que os ciganos e os imigrantes são alvo em diferentes sectores da vida social. Neste contexto de análise, privilegiaram-se as narrativas sobre as experiências pessoais ou sobre situações vividas por pessoas com as quais os narradores têm ligações de proximidade afectiva, assim como as representações e as emoções experienciadas face a alguns eventos. Quer na análise das narrativas produzidas pelos ciganos, quer nas proferidas pelos imigrantes, segue-se de perto uma lógica organizativa similar para a apresentação dos resultados sobre os níveis de análise acima referenciados relativos aos grupos em estudo. Pretende-se dar conta da significação que os entrevistados atribuem a experiências referenciais que se concretizam em eventos quotidianos e em espaços sociais tão diversos como os serviços públicos, o mercado de trabalho, o sector da habitação, a escola e a relação com as forças policiais.

REPRESENTAÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS: A DISCRIMINAÇÃO PERCEPCIONADA E SENTIDA PELOS CIGANOS

Trata-se aqui de dar conta de um conhecimento mais descritivo, construído pelos actores sociais, dando-se especial importância aos eventos considerados discriminatórios, nomeadamente ao contexto, às circunstâncias, aos agentes perpetradores, aos antecedentes que rodeiam os acontecimentos, às emoções, baseando-se na argumentação manifestada pelos entrevistados.

Mercado de trabalho

Uma das principais ideias que se destaca nos depoimentos dos entrevistados é a de que no mercado de trabalho os ciganos são os trabalhadores mais rejeitados.

Como ficou claro da caracterização do perfil sociográfico dos entrevistados a principal actividade económica exercida pela grande maioria é a venda ambulante, no entanto, e na actualidade, o seu exercício é marcado por dificuldades e problemas diversos, que se agravaram nos últimos anos. As dificuldades têm levado alguns indivíduos a procurar outras formas de sobrevivência, através de cursos de formação profissional e inserção em outros sectores de actividade, deparando-se com obstáculos logo na fase de recrutamento.

Os entrevistados não têm dúvidas de que os ciganos não dispõem das mesmas oportunidades sociais, ao nível da inserção no mercado de trabalho, que geralmente são concedidas a outros cidadãos, dados os preconceitos, medos e receios que ainda subsistem face a estes indivíduos. Para a maior parte dos interlocutores, o “ser cigano” leva a que o percurso de vida do indivíduo seja marcado por um maior número de obstáculos e dificuldades, particularmente evidentes no mercado de trabalho. A maior parte dos entrevistados nem sequer invoca outros factores explicativos, como por exemplo, os baixos níveis de escolaridade e de formação profissional. Mónica acredita que a discriminação é um fenómeno persistente e intransponível, já que para a sociedade maioritária “*são ciganos e basta, não têm cultura nenhuma.*” (34 anos, 4 anos escol., trabalh. não qualific. dos serviços). Entre os entrevistados encontramos com alguma regularidade, a afirmação inabalável de que no mercado de trabalho ninguém contrata um cigano. Dolores afirma convictamente: “*Não dão porque somos ciganas. Dizem logo, ‘ciganas? Nem vê-las!’ Há muito medo. Se a gente for pedir emprego há muito medo. Não nos dão porque têm medo.*” (32 anos, 4 anos escol., recebe o RSI, trabalh. não qualific. do comércio).



Paulo nunca frequentou a escola e não sabe ler, nem escrever, e declara de forma convicta que: *“trabalhar numa cidade, ou numa coisa, não dão ao cigano porque há sempre aquele receio do cigano. Sempre tem a nódoa do cigano, não sei, não sei se a doutora está a ver não é?”* (49 anos, trabalh. não qualific. do comércio). A “nódoa” é uma “marca”, ou seja, o estigma que desacredita o indivíduo com pertença ao grupo cigano. O ser cigano é para Hélder um *handicap*, ao dizer que *“para já é cigano... e o que é que ele sabe fazer a não ser vender roupa? E não lhe vão dar a oportunidade dele mostrar aquilo que ele vale.”* (28 anos, 9 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

A discriminação em relação aos ciganos ocorre, possivelmente, logo a montante no momento, de recrutamento e selecção dos trabalhadoresⁱⁱ. A discriminação a este nível é sempre de difícil comprovação, mas supõe-se que os ciganos serão sempre preteridos face aos outros cidadãos nacionais e imigrantes. No entanto, quando se questionam os entrevistados acerca da existência de exemplos de situações de rejeição por motivos étnicos ocorridos com os próprios, familiares e/ou amigos em contexto de mercado de trabalho, são raros os casos relatados.

Os entrevistados não têm dúvidas de que a discriminação ocorre no momento do recrutamento e selecção, já que os empregadores preferem não ciganos (nacionais ou estrangeiros) em detrimento de trabalhadores ciganos. Marisa é auxiliar num Jardim-de-Infância e alega que *“é muito difícil empregar um cigano; embora se diga o contrário, há muita gente que está a fazer cursos e a verdade é que os cursos não servem para nada.”* (29 anos, 9 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

A falta de oportunidades no mundo do trabalho associa-se geralmente à ausência ou à falta de competências escolares exigidas pelo mercado de trabalho; nesse sentido, os ciganos estão em desvantagem face a outros trabalhadores. Carlos desvaloriza a ausência ou a insuficiência de habilitações escolares e profissionais, não elegendo esses factores como explicativos, declarando:

Preferem dar trabalho a esse, pronto, da sua raça do que ao cigano. Há uns que não sabem escrever, uns que não sabem ler, o cigano é, pronto, é assim... não vai estudar para uma escola... já tem 15 anos, pronto, 14, já anda trabalhando nos mercados, fazer a vida para ele aprender um dia mais tarde. (18 anos, sabe ler e escriv., trabalh. não qualific. do comércio).

Um dos maiores obstáculos à inserção em outras actividades profissionais radica nas baixas credenciais escolares de que são portadores os membros deste grupo. Mas são de admitir outras razões também plausíveis: uma ínfima e quase insignificante percentagem de ciganos procura actividades profissionais por conta de outrem. São actividades “não desejáveis”, porque implicam uma perda de autonomia pessoal, financeira e em certa medida um afastamento face ao processo de socialização no grupo mais alargado. Martinho salienta o facto de os ciganos evitarem relações laborais de subordinação. Com efeito, *“os ciganos não gostam de ser mandados. Estão habituados a fazer o que lhes apetece.”* (26 anos, 4 anos escol., trabalh. não qualific. do comércio). Marisa assinala o orgulho, a altivez e o espírito livre do cigano, *“e depois tem pouco, poucos hábitos de obedecer. Porque ele é livre de espírito portanto é difícil de domar.”* (29 anos, 9 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços). Também a subalternização e a “falta de paciência” para estar sob ordens de não ciganos são aspectos realçados por Cármen: *“não temos aquela paciência para aturar um senhor, que é mesmo assim, pronto, não temos aquela paciência. Estarem-nos agora a mandar fazer isto, mandar fazer aquilo, mandar fazer o outro...”* (38 anos, não sabe ler e escriv., trabalh. não qualific. do comércio). Nas relações de trabalho entre ciganos e não ciganos emerge ainda o receio de conflitos e o sentimento de suspeição por parte dos Outros, já que, em caso de problemas, a culpa recairá sempre sobre o cigano.

João procura trabalho. No passado, imigrou e foi trabalhar para fora como motorista. Gostava de voltar a exercer esta actividade, mas agora no nosso país. Soube, através de contactos pessoais que uma senhora não cigana andava à procura de alguém para essa função e foi falar com a potencial empregadora. Nesse contacto, João apresentou-se como cigano e como detentor de experiência profissional. Contudo,



não foi contratado, dizendo que as suas expectativas acabaram por ser concretizadas: *“O que é que eu pensei é que ela acabava a conversa, ia para casa e que nunca mais me telefonava. Foi o que aconteceu.”* (45 anos, sabe ler e escrev., trabalh. não qualific. do comércio). Revela que não quis insistir e que ficou *“triste porque precisava do trabalho”*.

A discriminação a este nível é de difícil comprovação e obviamente que ninguém diz claramente e de forma explícita a um indivíduo cigano que não é recrutado por “ser cigano”. Segundo os interlocutores, inclusive quando são chamados à entrevista, por norma é-lhes dito para “esperarem”, ou então que o posto de trabalho já foi ocupado. Anabela refere o caso do irmão e de outros jovens rapazes que, após algumas diligências na procura de trabalho, ficaram desmotivados, assim: *“só que eles não dão, não dão oportunidades aos ciganos. Olhe, aqui, o meu irmão já foi a algumas 2 ou 3 entrevistas, até hoje ainda não o chamaram, entretanto não foi... mas nunca lhes disseram nada, eles desistiram.”* (23 anos, não sabe ler e escrev., inactiva).

Os entrevistados que conseguiram ultrapassar a fase de recrutamento e que exercem actividades profissionais “tradicionalmente” não exercidas por ciganos, salientam as dificuldades e os problemas que emergiram logo após a sua contratação. Marisa é monitora e auxiliar num Jardim-de-Infância. Menciona as dificuldades de aceitação por parte dos não ciganos, mas sobretudo dos próprios ciganos *“porque para os ciganos eu passei a ser outra”*. Dos não ciganos, nomeadamente do pessoal docente, ouviu comentários que a entristeceram e lhe provocaram alguma confusão interior quanto ao seu papel profissional naquele contexto: *“Agora esta vem para aqui e os ciganos já não faltam.’ Se calhar não era isso que interessava à escola. O que interessava à escola era que eles faltassem.”* (29 anos, 9 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

Mónica tem 34 anos, é engomadeira numa lavandaria e conta que só revelou a sua identidade cigana aos colegas e ao patrão após um mês de exercício de trabalho efectivo. Após esta revelação notou alguma descrença e estupefacção mitigada por alguma desconfiança, mas que com o tempo se desvaneceu:

Eles até ficaram assim um bocado, assim ao fim de um mês e tal, e quando eu disse que era cigana, a maior parte delas não acreditaram. (...) ali ninguém se afastou, mas a porta estava sempre fechada, tentar dar assim... a ver uma experiência... nunca lá faltou nada. Agora já fico na lavandaria sozinha se for preciso, um dia de manhã vou abri-la, a porta do escritório está sempre aberta. (2 anos escol., trabalh. não qualific. dos serviços).

Nenhum dos entrevistados foi explícita e directamente alvo de despedimento devido à sua pertença étnica; contudo, várias situações foram narradas envolvendo familiares directos (filhos, irmãos e primos) e amigos próximos.

Sistema de ensino

Neste domínio importa dar conta não só das práticas de discriminação negativa, mas também positiva, que podem assumir manifestações meramente verbais, mas também se podem traduzir em condutas discriminatórias, como veremos mais adiante.

Ainda na infância, nem sempre a experiência de contacto com a escola, que é acima de tudo percebida como uma das principais instituições de socialização da sociedade maioritária, é avaliada de forma positiva pelos entrevistados. Alexandrino tem 32 anos e lembra-se muito bem do tempo em que frequentava a escola primária e em que *“sentia um bocadinho de discriminação”*, deixando transparecer que a sua presença nesta instituição foi uma experiência emocional marcada por algum sofrimento pessoal. A tensão e a angústia inerentes ao facto de se considerar diferente (para si e para os outros), poderão ter



propiciado a sua maior predisposição para a vitimização. Mais tarde, essas marcas acabaram por se desvanecer quando com 14/15 anos voltou ao sistema formal de educação, no âmbito de um curso de formação profissional. Alexandrino recorda como se isolava dos outros, não conseguindo estabelecer relações de amizade e de companheirismo com os colegas de escola.

Mas eu sentia porque lembro-me de não ter amigos dentro da escola, não convivía, esperava mesmo pela saída para brincarmos cá fora, lembro-me dessas situações até ao ponto de me libertar desse fantasma, acho que sofri um bocadinho... porque, é assim, eu sentia que estava a ser rejeitado, se for preciso as pessoas estavam-me a tratar de uma maneira igual, mas eu tinha, eu tinha a minha maneira de ver que eles estavam-me a tratar doutra maneira, está a ver, se for preciso até era mesmo aquele fantasma que eu tinha, até libertar-me, até sair da escola. (32 anos, 6 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

Apesar de ter feito apenas a 2ª Classe, Mónica ainda se recorda da forma reprovável como era tratada pelos colegas de turma e das relações conturbadas que mantinha com eles. A acusação de falta de higiene e de limpeza (a “sujidade”) é mais uma informação estigmatizante que compõe o estereótipo que recaía sobre a entrevistada e que ainda pesa sobre muitas crianças ciganas. A entrevistada conta:

A gente entrava na escola, começavam ‘olha a cigana, a cigana é assim, a cigana é assado’, os putos, quando era a hora do recreio, às vezes não sei porquê, ou às vezes queriam andar à porrada e andavam a provocar e chamavam nomes, ‘tu és cigana, tu tens isto, tu tens piolhos, tu estás toda porca’, era sempre assim... (34 anos, trabalh. não qualific. dos serviços).

Outros entrevistados revelam que eram tratados de forma diferenciada, embora de forma supostamente positiva. Marisa lembra-se de ser sido alvo de um tratamento privilegiado porque contrariava o estereótipo:

A minha professora, tinha 6 anos, eu lembro-me de ela andar-me apresentar às professoras e a dizer assim: ‘olhem lá para a minha ciganita, tão bonita que nem parece cigana.’ E isso ficou porque...Porquê? Porque o que é esperado de um cigano é piolhos, ranho e sujo. Não se espera outra coisa porque se já for diferente já não é cigano. (29 anos, 9 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

Em alguns locais tende-se a concentrar as crianças ciganas na mesma turma, ainda que de idades diferentes, até porque muitas delas têm fortes ligações familiares e afectivas entre si, e por isso também não querem ser separadas. Nestas situações, por norma, têm que conviver com crianças com idades inferiores às suas e que com facilidade as superam nas tarefas académicas. Para Gamella ((dir.), 1996, pp. 143-4), isso pode levá-los a interiorizar uma espécie de inferioridade, o que poderá ainda rebaixar mais a sua auto-estima pessoal e social. De uma forma geral, a escola parte do pressuposto que a homogeneidade cultural e étnica facilitará as aprendizagens.

Para os entrevistados, há uma espécie de clivagem territorial entre as AM's e zonas urbanas e as regiões do interior, com destaque para os lugares de pequena dimensão. Com efeito, os eventos discriminatórios e práticas segregacionistas referenciadas ocorrem em locais situados no interior do país, não sendo mencionadas ocorrências desse tipo em meio urbano. São uma forma de coarctar o convívio com não ciganos numa fase precoce da vida das crianças ciganas, o que é perspectivado como algo passível de influenciar negativamente as futuras representações e relacionamentos entre ciganos e maioria, acentuando assim a marginalização. João afirma: “e partir dessa idade é que é pior” (45 anos, sabe ler e escrev., trabalh. não qualific. do comércio, à procura trabalho). Sara culpabiliza os não ciganos, pois, “os ciganos não se importem de conviver com os não ciganos, estes é que são racistas.” (68 anos, 4 anos



escol., reformada, (trabalh. não qualific. do comércio)). Glória tem 6 filhos e estes nunca experienciaram esse tipo de práticas. A entrevistada responsabiliza os adultos, já que *“as crianças não têm culpa de as pessoas adultas serem racistas, não é?”* (37 anos, sabe ler e escrev., recebe RSI (e ajuda o marido nas feiras)).

Os entrevistados, como é o caso de Romana, conhecem por via da televisão ou já ouviram falar em conflitos localizados no interior do país, em que as famílias não ciganas não querem *“juntar os filhos com os ciganos...mas é fora de Lisboa”* (34 anos, portuguesa, não sabe ler e escrev., inactiva). Estas reacções comportamentais por parte da população não cigana são classificadas pelos entrevistados como racismo. As populações que rejeitam a presença das crianças ciganas na escola contradizem-se a elas próprias, já que geralmente e segundo Rui, essas pessoas não ciganas tendem a afirmar: *“Não, eu não sou racista. Eu só não quero é ter os meus filhos juntos com os ciganos.’ Isso passa-se porque, como lhe disse, nós os ciganos, temos a tentar integrar-nos há muito pouco tempo...”* (32 anos, 7 anos escol., técnicos de nível interm. e independ. do comércio e serviços).

Estes eventos que criam atritos entre ciganos e não ciganos radicam em acusações que recaem sobre as crianças ciganas, sendo-lhes geralmente atribuídos comportamentos disruptivos e inusitados. Clara revela que ficou *“chocada”* com o que viu na TV, e pergunta *“como é que ainda há pessoas que conseguem fazer isso?”* Ainda se recorda das acusações que recaíam sobre as crianças ciganas: *“até diz que batiam ou que levavam facas e não sei o quê. Aí está, essas pessoas que são assim, eu acho que têm de ser ajudadas. Porque se elas não são ajudadas, se ninguém se interessar, vão continuar.”* (29 anos, sabe ler e escrev., trabalh. não qualific. do comércio).

As manifestações de hostilidade são desencadeadas pelos não ciganos, e para os entrevistados tais reacções indiciam rejeição e uma vontade de afastamento por parte da maioria. Marta mostra-se irritada quando se aborda esta questão, culpabilizando os não ciganos que negam o direito dos ciganos à educação, e devolve a pergunta ao investigador:

Eu acho que eu é que devia perguntar a vocês isso, não era ao contrário. Porque é que vocês não querem? Porque é que vocês acham que têm mais direitos que nós de estudar? Porquê? Não me sabe responder? Vocês não compreendem a gente... depois é que a gente não gosta de misturas. Vocês é que não. Quando são pequenos atão... Parece que nós vamos comê-los. Somos o papão! (21 anos, 6 anos escol., trabalh. não qualific. do comércio).

As relações de comunicação entre família e escola são por vezes conturbadas, nomeadamente quando ocorrem situações de conflitualidade entre crianças ciganas e crianças não ciganas e eventualmente pessoal auxiliar ou também docente. Nestas situações, por norma, a família intervém em defesa do indivíduo agredido, como fica bem evidente do relato de Fábio:

Principalmente o meu irmão andou à porrada com um africano, ele tem 12 anos, deu porrada num africano e a empregada era africana e pôs-se para o meu irmão, acho que qualquer coisa assim, ele tinha uns óculos, deu-lhe assim e ficou a deitar sangue no meio dos dentes. Depois foi lá a minha avó, a minha mãe não estava lá, não estávamos lá ninguém, foram lá e ela saiu de manhã, que ele entrava de manhã na escola, e ela saiu de manhã, já não a apanhámos. Defendeu, pronto, a raça dela. Aí houve racismo. (16 anos, 7 anos escol., frequenta curso de formação profissional).

Alguns dos entrevistados assinalam que, por vezes, há diferenciações mesmo no processo de ensino-aprendizagem que é proporcionado à criança cigana na escola comparativamente à criança não cigana. Há quem considere, como Cristiana, que em algumas escolas os professores negligenciam de forma intencional a aprendizagem da criança cigana. Essa ao sentir-se discriminada vai reagir, recusando e



afastando-se da escola, porque “os professores só ensinam os não ciganos” (43 anos, 9 anos escol., beneficiário RSI, trabalh. não qualific. do comércio). Rotuladas de “crianças difíceis”, desobedientes às regras, agressivas, hiperactivas, indisciplinadas, ao sentirem-se rejeitadas e desavindas podem recusar e resistir à escola, afastando-se e sentindo-se frustradas.

David aponta as dificuldades que são especialmente experienciadas na escola pelas crianças que residem em bairros degradados e bairros sociais rotulados de problemáticos e perigosos. Não tem dúvidas de que na escola as crianças são tratadas de forma diferente, carregando o estigma de serem agressivas e “selvagens” (37 anos, 4 anos escol., desempregado).

Começa a ser uma prática relativamente comum no contexto territorial em análise, a inscrição das crianças na escola, logo que atinjam os 6 anos de idade. Todavia, menos frequente e quase uma raridade é a sua inserção no sistema pré-escolar. Nessa idade, a criança e a própria família ainda não se encontram preparadas para dar início ao processo de escolarização, porque a criança dispõe de uma liberdade quase ilimitada, não estando habituada a estar fechada, nem tão pouco sentada durante uma série de horas; não tendo ainda incorporado regras associadas à ordem, à assiduidade, etc. Daniel possui um diploma de ensino superior e fez um percurso escolar e profissional que se pode considerar ainda singular entre os ciganos portugueses. O entrevistado conhece bem as principais dificuldades de adaptação destas crianças em contexto escolar, descrevendo-as com pormenor:

(...) depois... aquelas crianças habituam-se a estar ali 6, 7 horas seguidas, não é? Quase seguidas - têm aquele pequeno intervalo- admito... 6 horas não, é das 8 às 13, não é? À volta de cinco horas, com um pequeno intervalo. Então se for bi-etápico... Mas admito que é muito tempo, para quem nunca... muito tempo para quem nunca teve... teve hábitos. De repente, vê-se ali fechado - não vou dizer enclausurado, porque não é, coitado, também não é assim tão mau, a escola não é assim tão mau... mas eu tento é perceber porque é que eles depois não sentem motivação. Depois não é só isso, depois estão habituados a brincar lá no bairro. (38 anos, quadro técnico intellect. e científico).

No que se refere à relação que os ciganos estabelecem com a instituição escolar, torna-se necessário atender às estratégias de socialização e ao estilo de educação geralmente adoptado pelos pais e que parecem distantes do que a escola preconiza e está à espera quando acolhe estas e outras crianças. Seabra (1994, p. 102) relembra, a propósito da análise das estratégias de socialização em grupos sócio-culturais distintos que “a escola deverá contar com o poder de socialização familiar e, ao mesmo tempo, ter consciência de que participa, de forma decisiva, na ampliação ou redução das probabilidades de sucesso escolar das crianças, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade.”

Mas outros factores entram em jogo e convém aqui convocar, ainda que de forma breve, os estereótipos mútuos dos professores face às famílias ciganas e de algumas famílias face à instituição escolar, que não passam despercebidos aos próprios entrevistados. Estão cientes de que, de uma forma geral, os pais são considerados como seres hostis à escola, os códigos de funcionamento e a linguagem usada pelos professores e outros funcionários parecem-lhes distantes e incompreensíveis. A in-comunicação com a escola também se relaciona com os projectos familiares e a organização familiar; a importância do *habitus* que integra todas as experiências sociais passadas e do capital étnico.ⁱⁱⁱ Parece haver um desencontro de saberes e expectativas, revelando alguns dos entrevistados um sentimento de exterioridade e até de impotência face à escola.

As condições objectivas de existência têm um forte impacto no percurso escolar destas crianças, assim como a motivação pessoal e familiar. Ir à escola é ainda uma obrigação e não uma prioridade. Jorge faz referência ao lugar que a escola ocupa no sistema de valores do grupo cigano:

(...) enquanto o comum dos cidadãos foram educados para que a escola seja uma coisa essencial na minha vida, para o meu percurso de vida, para o puto, ele em casa é educado, ele



vais à escola porque te obrigam a ir, quando tiveres, quando acabares a escola tu vais é para a venda, por isso a escola não te vai servir para nada. (47 anos, ens. superior, quadro técnico intellect. e científico).

A escola é ainda encarada pelos ciganos como um instituição da sociedade maioritária (não cigana), com a qual se mantém ainda uma relação de suspeição e de temor. Para Jorge, a escola é encarada pelos ciganos como uma *“entidade do Estado, durante séculos, e o Estado sempre nos serviu para reprimir, não nos serviu para dar nada, sempre serviu para nos empurrar, para nos bater...”* (47 anos, ens. superior, quadro técnico intellect. e científico).

Acresce que os procedimentos pedagógicos da escola parecem ser descoincidentes dos manejados no seio do grupo familiar, em que se privilegia a aprendizagem com base em experiências reais, ou seja, os saberes adquiridos e incorporados são simultaneamente saberes-ser e saberes-fazer^{iv}. Como diz Liégeois (1987, p. 63) os procedimentos pedagógicos *“desenrolam-se no contexto de tarefas reais, pela participação, e não através de uma instrução verbal, e como preparação para uma participação futura.”* Os conteúdos pedagógicos também são de ordem muito distinta, salientando o mesmo autor que para os ciganos os problemas são essencialmente os do seu quotidiano, *“os da interacção pessoal, as generalizações lógico-formais são desconhecidas, inúteis e substituídas por simbolismos concretos e particulares, que remetem para as experiências partilhadas e recíprocas.”* (Idem).

O trajecto escolar das crianças e dos jovens ciganos traduz-se geralmente numa passagem efémera e curta pela escola, marcada por pausas mais ou menos prolongadas, devido à falta de assiduidade, em virtude da ocorrência de eventos como doenças de familiares, casamentos, funerais, baptizados, ou outras festas ou ainda a desavenças de sangue, ou até por rupturas definitivas ou transitórias (desistência, abandono definitivo e reingresso) face ao sistema de ensino. Num quadro de vida em que a criança é o elemento central no seio do grupo familiar, se ela demonstrar desinteresse e aversão face à escola, por *“capricho”*, por receio, por uma certa ingenuidade ou desmotivação, dificilmente a família irá contrariar a sua vontade. Com efeito, o absentismo não depende unicamente da atitude de recusa dos menores, mas também do desinteresse dos pais. Nos ciganos é ainda a família que tem a missão de educação por excelência, e não a escola.

Acesso à habitação

Em Portugal, a CRP consigna que o indivíduo e respectiva família têm direito a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. O Estado assume uma série de incumbências a este nível, competindo-lhe, por exemplo, promover, em colaboração com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais. E de facto, tem sido por esta via que grande parte dos ciganos tem acedido a uma habitação relativamente condigna e dignificante no contexto da sociedade envolvente.

As políticas de habitação e as práticas de planeamento e gestão do território desenvolvidas pelos organismos públicos e privados têm tido, com efeito, um papel activo na repartição das populações, nomeadamente dos ciganos e outros grupos pelo território, ao accionar práticas deliberadas de concentração e segregação, quer seja em bairros de habitação social, quer em bairros de génese ilegal, como ainda em zonas de casas abarracadas. Em particular, os entrevistados referem-se com uma excessiva preocupação às políticas e práticas de realojamento que, na sua óptica, parecem estar pouco ou nada ajustadas ao seu *ingroup*.

As críticas recaem quase sempre sobre os decisores políticos, principalmente na sua falta de visão estratégica, o que depois se reflecte em opções discutíveis como a elevada concentração de ciganos em alguns bairros de realojamento, a coabitação forçada com outros grupos com práticas sócio-culturais muito



distintas entre si, o desajustamento entre o *design* do alojamento e do prédio de habitação e as necessidades e as práticas sócio-culturais do grupo. Ainda hoje se assiste a operações de realojamento que não são mais do que a criação de bairros *d'exil* (Costa-Lascoux in Paugam (dir.), 1996, p. 158)^v ou de bairros *deserdados*, territórios social, espacial e simbolicamente desqualificados.

Os ciganos apontam a segregação sócio-espacial como uma forma de racismo e/ou discriminação, parecendo que tais fenómenos se reforçam mutuamente. Por norma, para Tiago os poderes públicos tendem a “empurrar” os ciganos para um local que ninguém quer, ou seja, “*ali para o deserto*” (29 anos, 9 anos escol., operário da indústria e construção). Arlindo destaca alguns dos efeitos decorrentes das práticas que passam por colocar à distância e de forma afastada o grupo racizado ou etnicizado, reservando-lhe espaços próprios, mais ou menos restritos. Assim afirma:

Se eu tiver num sítio, num monte isolado, fora de portas que não conviva com a vossa raça, pois eu posso-me tornar... então uma pessoa má, não está habituada à convivência, como um animal, conviver com outros é bom, é bom, conviver sozinho, atado, depois torna-se velhaco. (60 anos, 4 anos escol., reformado (trabalh. não qualific. do comércio)).

Alguns dos entrevistados mostram-se incomodados, envergonhados e impotentes face aos processos de etiquetagem de que são alvo nestes espaços residenciais habitados, o que estigmatiza e deteriora a imagem social, não apenas de alguns, mas de todos os seus moradores. David conta como era percebido o bairro onde antes vivia:

Nós morávamos aqui a 4 ou 5 quilómetros e isto é uma fama que até nas próprias prisões vinha essa fama porque alguém transmitia a dizer que o Vale do Forno era um bairro... pronto, que diziam que o carro que entrava já não saía e a pessoa que entrava levava uma coça e saía de lá todo partido e nunca mais lá voltava, pronto. (37 anos, 4 anos escol., desempregado).

Filipe tem 29 anos e recorda que foi nos finais dos anos 90 do século passado e graças a medidas governamentais que, finalmente, os ciganos puderam deixar “*as barracas e as tendas de pano*” e transitar para os bairros camarários. Este facto implicou importantes mudanças no interior do grupo cigano. Ao fixarem-se num dado local, passaram a ter domicílio certo, usufruindo assim de um dos mais básicos direitos sociais, para além de verem reforçada a sua auto-estima, já que segundo o entrevistado: “*sentirem-se mais apoiados, não se sentiram tão abandonados*” (29 anos, 3 anos escol., trabalh. não qualific. do comércio). Na actualidade, pensa-se que a maior parte dos ciganos, nomeadamente nas AM's, residam em bairros sociais, mas fora deste território ainda se vêem ciganos, que vivem em situações habitacionais que ferem a dignidade humana. Luís é dirigente de uma associação cigana e recorda-se de forma particular de uma aldeia em Moura, em que os habitantes evitam a todo o custo cruzar-se com os ciganos, constatando, nesse lugar, processos que visaram tornar invisível a população cigana que ali reside:

(...) estão atrás de um montulho de miséria, de sujidade, de lixo, mandaram pôr aquele montulho porque o povo da aldeia não queria ver os ciganos, que estavam contaminados com o aspecto que os ciganos poderiam ter, onde estes ciganos já moram ali há 40 ou 50 anos. (54 anos, 9 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

Os processos de realojamento reforçam a discriminação para alguns dos interlocutores, afastam ainda mais os ciganos dos não ciganos, sendo mais difícil romper o fechamento a que estão votados. Rui evoca os efeitos perversos destes processos:

(...) os ciganos têm uma habitação completamente degradante, metem-nos em guetos, e... e tentam tirar da sociedade... em vez de os integrar na sociedade... tentam retirá-los. E depois



metem uns jardins... por fora um bocadinho bonitos, mas lá dentro aquilo é degradante. (32 anos, 7 anos escol., técnico de nível interm. e independ. do comércio e serviços).

Esta é uma forma de edificar e reforçar ainda mais as barreiras que não são apenas físicas, mas também sociais e culturais. Desta forma, os não ciganos evitam cruzar-se no seu quotidiano com os “indesejáveis”, que são assim impelidos a residir em espaços periféricos. Os ciganos têm, com efeito, um acesso limitado ao espaço residencial, já que as representações sociais negativas que pesam sobre eles prescrevem a sua inscrição^{vi} em espaços sociais e geográficos desvalorizados, de certo modo “condenando-os ao imobilismo e à regressão na estrutura social” (Bataille in Dewitte (dir.), 1999, p. 288).

Os efeitos perversos também se têm repercutido no seio do *ingroup*, uma vez que a sedentarização provocou rearranjos ao nível dos territórios de defesa associados à divisão e acantonamento geográfico entre famílias que são “contrárias”^{vii}. O realojamento trouxe, com efeito, fortes constrangimentos a esse nível, já que a frequência de conflitos pode até ser potenciada, assim como reforçou a importância e a privatização da família nuclear. Assim sendo, a demarcação de territórios de defesa deixa de ter um âmbito distendido (por exemplo, entre Norte e Sul), confinando-se cada vez mais ao espaço-bairro e, por vezes, dentro deste, a determinados quarteirões, cujas fronteiras de delimitação são, por exemplo, as ruas ou praças.

Por outro lado, após a concessão de habitação, parece ser prática habitual as entidades estatais ou privadas envolvidas no processo de realojamento demitirem-se de intervir em outras dimensões da vida da população realojada. A relação entre a arquitectura e a exclusão não é mecanicista, ela elabora-se entre as formas arquitectónicas e as aptidões sociais em as habitar (Paquot in Paugam, 1996). Ou seja, não há uma ligação unívoca e automática entre espaço e vida social.

Na AML, onde reside uma parte substancial dos entrevistados, é notória a concentração do grupo cigano em espaços de habitação social, que se transformaram numa espécie de “ghettos étnicos”, em que são manifestos, quer os processos de polarização social, quer as tensões inter-étnicas. Alguns dos entrevistados expressam claramente o seu descontentamento face a recentes processos de realojamento de que foram alvo, nomeadamente aqueles que foram transplantados do Bairro do Vale do Forno^{viii} para o Bairro da Ameixoeira. De facto, não é possível negligenciar o impacto das políticas urbanas nos processos de realojamento, nomeadamente na trajectória geográfica e residencial dos grupos ciganos.

O acesso dos ciganos ao parque social de habitação raramente decorre sem controvérsia e contestação. Romana critica o processo de realojamento de que ela e outros membros do grupo cigano foram alvo, classificando-o como “racismo”. Refere a intencionalidade dos poderes autárquicos em “*tirar o cigano à força daquele terreno [Vale do Forno]. Eu sempre quis ter uma casa boa, mas não assim, sair à força*” (34 anos, não sabe ler e escrev., inactiva). A entrevistada tem 4 filhos menores e mostra-se desagradada com a habitação que lhe foi atribuída num 6º andar num prédio onde coabitam mais 6 famílias ciganas.

Acredite que eu tou num inferno. Eu não ando de elevador. Eu nunca tive as minhas pernas conforme eu tenho. Porque eu não ando de elevador. Há-de reparar que eu sinto... eu tenho falta d'ar e sou doente do coração. Trouxe a declaração, trouxe tudo e a vereadora não me atendeu. Eu chorei de volta delas para me fazerem a estransferência até a última da hora, eu fui a última pessoa a sair do Vale do Forno, que teve que ir a polícia ajudar-me carregar as minhas coisas, porque eu chorava, chorava, que não queria vir pra aqui. (34 anos, não sabe ler e escrev., inactiva).

É de acrescentar ainda o duplo estigma que estas pessoas carregam consigo, assim ao “ser cigano” junta-se o de “ex-morador do bairro xis”, como por exemplo, do Vale do Forno e por isso mal vindo e



indesejado no novo cenário residencial. Romana fala da reacção negativa com que foram acolhidos por parte dos Outros vizinhos, dizendo: “*acho que as pessoas do Vale do Forno acho que eram bicho para eles, eles não aceitaram bem nós aqui*” (34 anos, não sabe ler e escrev., inactiva). Este processo provocou acesas e manifestas acções formais e informais de rejeição por parte dos vizinhos que já lá residiam.

Não é de estranhar que nos depoimentos produzidos pelos entrevistados, por vezes, se verbalize a preferência pelo anterior *locus* de residência, mesmo quando as condições de habitabilidade são qualitativamente inferiores às que caracterizam o actual alojamento. Romana preferia a casa abarracada no Vale do Forno, “*era baixinha, tinha um grande quintal e os meus filhos ali estavam à vontade. Aqui não estão à vontade*” (34 anos, não sabe ler e escrev., 4 filhos, inactiva). Para além de ter perdido a relação de continuidade entre o espaço exterior e interior, também perdeu algum grau de privacidade, autonomia e liberdade.

Os processos de realojamento forçados ou voluntários traduzem-se em processos de assimilação, que entre outras implicações, contribuem para o desmembramento da família extensa. Tiago tem 29 anos e reside num bairro de habitação social em Loures e está bem ciente desta consequência nefasta, ao afirmar: “*o cigano foi tirado... de viver em comunidade*”. (9 anos escol., operário da indústria e construção). Outras consequências “inesperadas” prendem-se com as suas repercussões ao nível da quebra da união e das solidariedades familiares e informais entre os ciganos. Outro dos efeitos “não esperados” prende-se com a rápida sobrelocação das habitações sociais, que rapidamente ficam desajustadas face às necessidades das famílias. Estas muito rapidamente aumentam de dimensão, com o nascimento de mais filhos até uma fase tardia no ciclo de vida da mulher, com o casamento precoce dos filhos, que ficam a residir em casa dos pais e também com o nascimento dos netos. Assim, em alguns bairros de realojamento na AM de Lisboa, observam-se situações de ocupação ilegal de casas vazias ou das próprias arcadas, que são transformadas em espaços residenciais devido às limitações e às regras do PER. Anabela foi recentemente realojada com a sua família em Mira-Sintra; no entanto, uma das suas irmãs que entretanto constituiu família enquanto ainda vivia no núcleo familiar de origem não foi realojada, encontrando-se agora a viver numa *roullote* estacionada nas arcadas dos prédios do bairro. (23 anos, não sabe ler e escrev., inactiva).

Carlos tem 18 anos, casou há cerca de um ano e vivia na casa dos pais, até que recentemente ocupou uma habitação que se encontrava fechada e abandonada, no prédio de habitação social em que residia com os seus pais e irmãos. O entrevistado revela que são geralmente os mais jovens que constituem família que elegem este tipo de prática, já que têm necessidade de se autonomizar face ao núcleo familiar dos seus progenitores, não dispondo de outras alternativas (casado, 1 filho, sabe ler e escrev., trabalh. não qualific. do comércio).

A insatisfação dos que foram recentemente realojados é extensível aos moradores que já viviam nas imediações ou até eventualmente nos locais de implantação dos bairros de realojamento (“residentes mais antigos” ou “primeiros residentes”). Com frequência, as pessoas que residem na zona envolvente manifestam abertamente o seu descontentamento, uma vez que se deparam com a queda de valor (financeiro e simbólico) da sua habitação. Alguns dos residentes ao presenciarem a chegada dos “novos moradores”, optaram pela “fuga”, procurando sair para outras zonas residenciais. Esta situação também foi denunciada pelos entrevistados realojados em Lisboa (Ameixoeira) e em outros concelhos da AML, nomeadamente na Amadora (Bairro Casal do Silva) e no Barreiro (Quinta da Mina). O descontentamento e a consequente saída de outras categorias sociais do espaço habitado prenderam-se essencialmente com a degradação das relações sociais, criando-se em alguns destes contextos um quadro social de tensão relativamente permanente.

Quando se opera o realojamento de ciganos, é habitual assistir-se a manifestações públicas de rejeição. Alguns dos entrevistados que experienciaram processos de realojamento referem a pressão que as populações exerceram sobre o poder local, nomeadamente através de petições, abaixo-assinados... o que corrobora a percepção social negativa que as populações constroem sobre os ciganos. É ideia comumente partilhada pelos entrevistados que as reacções de repúdio face aos ciganos se devem ao



estigma associado ao “ser cigano”, ou seja, à sua “*má fama*” de que são violentos, selvagens, ladrões, sujeitos, entre outros atributos que configuram uma espécie de culpa secular que os ciganos carregam consigo. É de acrescentar ainda as reacções de medo face a quem não se conhece, ou se conhece mal. Marco constata que essas manifestações ocorrem sempre que se trata de alojar populações ciganas. É algo de recorrente, porque “*as pessoas não os querem ao pé e inventam sempre mais do que é. Não sei o que os não ciganos vêem nos ciganos? O cigano é um bicho de 7 cabeças, quando vêem o cigano vêem o diabo.*” (23 anos, 6 anos escol., trabalh. não qualific. da construção, detido). Por norma, aos ciganos são-lhes atribuídas “*cosas increíbles y absurdas, fuera de toda norma, son selvages y asociales...*” (Giménez in Vírus (ed.), 1994, p. 128). Tais actos são classificados de racismo por Clara que observa que tais acções partem de indivíduos que destituem o cigano de humanidade, atribuindo-lhes um estado de animalidade, de “*bichos*” (29 anos, sabe ler e escr., trabalh. não qualific. do comércio).

Logo após a chegada dos novos residentes é recorrente o surgimento de acusações que recaem sobre os ciganos, a quem é imputado, a prática de furtos, de assaltos, de violações..., ou seja, são de imediato culpabilizados pelos distúrbios e conflitos que possam existir efectivamente ou no imaginário colectivo. O estigma e o rótulo que carregam consigo parecem reproduzir-se e auto-perpetuar-se mesmo no novo *locus* de residência.

David acusa os vizinhos não ciganos de comportamentos discriminatórios, na medida em que evitam o contacto e a convivência com os ciganos. Acrescenta que temem os ciganos, encarando-os como uma ameaça, já que são “*estranhos seres*” que vieram invadir o seu bairro.

(...) toda a gente está a pedir casas para se transferirem, para se irem embora daqui porque não gostam cá do bairro porque... pronto, quem faz a discriminação, praticamente, são as pessoas que cá moram. Por exemplo, é assim, são as pessoas que cá moram porquê? Porque as pessoas, por exemplo, sabem que cá moram, 7, 8 ciganos no mesmo piso e, então, começam a fazer discriminação, ‘ah, os ciganos são aquilo’, pronto, as próprias pessoas do próprio bairro é que fazem a discriminação. (37 anos, 4 anos escol., desempregado (trabalh. não qualific. dos serviços)).

Os bairros sociais são os contextos vivenciais onde habita grande parte dos ciganos residentes na AM de Lisboa, sendo encarados por Daniel como um “*ghetto mais vistoso*” do que os bairros de barracas (nalguns, já existia a coexistência multiétnica). Em alguns, as autarquias optaram por alojar de forma conjunta populações com origens étnicas diversas e oriundas de diferentes zonas do concelho. Mas, embora residam no mesmo espaço geográfico, africanos e ciganos tendem a manter um certo distanciamento relacional, havendo por vezes divisões claras na própria geografia interna do bairro. Luís afirma que “*nunca existirá um entrosamento total*” entre os moradores (54 anos, 9 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

A co-existência forçada no mesmo espaço residencial é geralmente avaliada de forma negativa, na medida em que potencia tensões e conflitos entre grupos com diferentes origens étnico-culturais. A este propósito, é comum encontrar-se comumente difundida a crença descrita por Bourdieu de que “*le rapprochement spatial d’agentes très éloignés dans le espace social peut, par soi, avoir un effect de rapprochement social*”, no entanto, o mesmo autor salienta que não há nada mais intolerável “*que la proximité physique (vécue comme promiscuité) de gens socialment éloignés.*” (Bourdieu (dir.), 1993, p. 166). Fábio reside num bairro de coabitação multiétnica e afirma: “*quando há mistura é... pior. Mas brancos há muito poucos, poucos porquê? Muitas vezes são assaltados, outras vezes não se sentem bem de estar ali. É mais africanos, aquilo é muitos, muitos, muitos africanos.*” (16 anos, 7 anos escol., frequenta curso formação profissional). Mas nem todos partilham esta perspectiva quanto ao formato e estratégia inerentes aos processos de realojamento. Nelson antevê vantagens positivas ao nível da convivência quando se opta por justapor populações com origens étnico-culturais diferentes no mesmo espaço residencial, alegando:



Agora, se forem todos, ninguém aprende com ninguém, não é? Porque, se estiver só um casal cigano num prédio, se não tiver regras, ele ao longo do tempo vai conseguindo, porquê? Porque há pessoas que o vão ensinando, porque há famílias o que vão ensinando, portanto, se os amontoarem eles não podem aprender nada uns com os outros porque todos têm os mesmos costumes e os mesmos vícios. (30 anos, 6 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

Estes bairros são ainda percepcionados como espaços sociais com efeitos visíveis e contundentes ao nível da perda das *“tradições mais antigas”*, por parte dos ciganos. João tem 45 anos e vive num bairro periférico onde residem moradores com distintas origens étnico-culturais e atribui um valor positivo à erosão das formas tradicionais de auto-regulação intragrupo cigano, notando que agora há um maior grau de abertura dos ciganos face à maioria, o que só pode ser vantajoso para os ciganos.

Mas nos espaços de coexistência multiétnica surgem também alguns conflitos de vizinhança, que se prendem com o facto de a simples justaposição espacial de populações étnica e culturalmente heterogéneas não produzir os “esperados” efeitos de nivelamento e de homogeneização de práticas sociais. A realização de festas e a audição de música em horário nocturno até altas horas, bem como o ateamento de fogueiras no espaço público, são algumas das práticas que geram hostilidade e oposição por parte de outros vizinhos.

A intensidade e a exuberância das relações de convivialidade entre ciganos provocam descontentamento entre os Outros moradores. Alexandrino faz alusão a um modo de ser e estar por parte dos moradores ciganos que colide com o modo de vida dos não ciganos, ao dizer que *“além dos ciganos às vezes também terem as feiras, mas os ciganos é assim, não se importam de estar até às 3, 4 da manhã porque sabem que chegam lá a feira, montam, vão para a carrinha, descansam, a mulher fica ali, é diferente do que um emprego.”* (32 anos, 6 anos escol. empreg. da administração, comércio e serviços).

A vivência em bairros sociais com uma elevada densidade social e física e de coexistência pluriétnica (ciganos, africanos e lusos) implica mudanças na forma e intensidade das relações de vizinhança. A coabitação é geralmente percepcionada como difícil e problemática. Tiago e Fábio vivem em bairros com este formato e expressam o seu desagrado. Fábio desvenda que o bairro em que reside é um lugar marcado quase quotidianamente pelo conflito e pela violência que envolve os moradores e, por vezes, até as forças policiais. São praticamente diárias as operações de vigilância e repressão levadas a efeito pela polícia, constituindo um fenómeno “normal” e banal a violência que se instaura durante essas operações. Fábio afirma convictamente que *“quando há mistura é... pior.”* e até algumas famílias ciganas já abandonaram o bairro porque *“não querem aquele ambiente para as filhas...”*. A coexistência de populações com origens e referências étnicas, geográficas, culturais distintas parece assim potenciar a eclosão de conflitualidades.

Os entrevistados salientam ainda as dificuldades experimentadas na gestão e manutenção da higiene e limpeza dos espaços públicos e semi-públicos. Romana assevera que agora *“é muito diferente. Uma limpa, outra limpa, e outra já não limpa porque não quer, mas um prédio é sempre um prédio. É diferente.”* (34 anos, não sabe ler e escrev., inactiva). Tiago revela que o seu bairro é palco de múltiplas confusões e discussões, sendo também possível observar uma despreocupação geral face à limpeza e higiene dos espaços públicos, encontrando-se *“tudo muito sujo”* (29 anos, 9 anos escol., operário da indústria e construção). Diferentemente do que se passa em outros bairros em que se denota um processo de desresponsabilização por parte dos moradores, Clara refere a experiência do bairro onde reside, em Cascais^x, cujos moradores constituíram uma espécie de condomínio, onde se resolvem alguns dos problemas do prédio e se atribuem responsabilidades partilhadas ao nível da limpeza e manutenção. A entrevistada salienta: *“fazemos reuniões no prédio, para quem lava as escadas, todos os dias o prédio é*



lavado, todos os dias há uma que lava. Desde Sábado a Sábado.” (29 anos, sabe ler e escrev., trabalh. não qualific. do comércio).

Nos contextos residenciais em que vivem os entrevistados, a concentração espacial de uma população socialmente homogénea (segmentos sociais com um baixo *status* social e pertencentes às classes sociais que se localizam na base da escala social) e culturalmente heterogénea (com sistemas culturais distintos) parece promover a agudização e a visibilidade das diferenças, e aparentemente parece afastar, mais do que aproximar os grupos que co-habitam o mesmo espaço.

A avaliação que fazem sobre os operadores que actuam no *mercado privado de habitação* evidencia regularidades nos discursos dos entrevistados, ao denunciarem os obstáculos que são colocados, quando proprietários e vendedores se apercebem que o indivíduo que pretende alugar ou comprar a habitação é cigano. Nessa situação, Paulo conta o que tendencialmente acontece, ao afirmar que *“inventam uma desculpa qualquer (...) preferem não arrendar, e não arrendam a um cigano, tá a ver? Porque os ciganos tem má fama, né? O cigano tem aquele nome, que pronto. Eh pá, racismo? Isso já vem de há muito ano, né?”* (49 anos, não sabe ler e escrev., trabalh. não qualific. do comércio).

Para a maioria dos entrevistados, é impensável adquirir alojamento no mercado privado de habitação; Romana assevera que isso *“é só pós ricos.”* (34 anos, portuguesa, ler e escrev., inactiva). É difícil obterem crédito para aceder a casa própria, dado não disporem de um trabalho estável e de rendimentos mensais fixos. No fundo, as diferentes possibilidades de acesso ao espaço materializam esta desigualdade, que tem a etnicidade como base. No entanto, hoje em dia é possível afirmar, com base nos depoimentos dos entrevistados, que já se nota uma maior tendência para a aquisição de habitação de promoção privada por parte de famílias que detêm uma situação económica estável. Note-se que o difícil acesso dos ciganos ao *mercado privado de habitação* não parece dever-se apenas à escassez dos seus recursos financeiros. Ou seja, não é o desapossamento económico de algumas famílias ciganas que as impossibilita de participar neste mercado, mas sim a existência de preconceitos e práticas discriminatórias. Mesmo quando o indivíduo ou o grupo familiar têm recursos económicos que lhes permitam aceder ao mercado privado, o acesso só é garantido através da mediação de intermediários (advogados, solicitadores, etc.), porque, como Cármen nota, os proprietários e operadores imobiliários *“não gostam de vender assim apartamentos a ciganos... nunca pensam bem...eles estão sempre com medo do cigano, não sei porquê?”* (38 anos, não sabe ler e escrev., trabalh. não qualific. do comércio).

O acesso depende em grande medida do recurso a estratégias de ocultamento da sua identidade cigana, como bem refere Francisco que descreve uma situação que ocorreu com um seu familiar:

Tenho um familiar meu que casou uma filha há pouco tempo e decidiu oferecer-lhe uma casa. Felizmente é uma pessoa que está bem na vida e, portanto, não necessitou de recorrer ao crédito bancário Andou a escolher a casa, a filha encontrou a casa, chegou filho do promotor imobiliário, perguntou o preço e no início o promotor imobiliário disse que a casa era muito cara, portanto, não... certamente não estaria nas posses de senhor (...) e a pessoa disse ‘bom, sabe, isto é muito complicado, além disso esta casa já está vendida’. Bom, a pessoa não ficou a saber o preço da casa, ficou a saber que a casa, supostamente, estaria vendida. Mas como é cigano e é casado com uma ‘não cigana’, aqui esta é uma expressão muito simpática e divertida, o que é que fez? No dia a seguir mandou lá a mulher... e a mulher chegou lá, andou a ver as casas, disse que queria a mesma do dia anterior, foi-lhe apresentado o preço, ela comprou.. (29 anos, 12 anos escol., desempregado).

Alguns dos interlocutores dizem que são inteligíveis os motivos que justificam a retracção, por parte dos agentes imobiliários, em vender ou alugar uma habitação a indivíduos com pertença ao grupo étnico cigano. Jorge reconhece que, para o promotor imobiliário a venda de um imóvel a um indivíduo cigano é prejudicial para o seu negócio, na medida em que *“era mau para vender o resto dos andares”* (47 anos,



portuguesa, ens. superior, quadro técnico intelect. e científico). Por outro lado, é habitual recusarem a venda de alojamento a indivíduos que são identificados visualmente como ciganos, acabando, segundo Jorge, por vender a “*outros ciganos, só que não tinham aspecto de ciganos*”.

Tal como nos bairros de habitação social, após a concretização da aquisição, é habitual que os vizinhos reajam com desagrado. Cristiana diz que os vizinhos quando se apercebem que o novo vizinho é cigano “*entram mesmo em pânico... e andam durante uns largos meses em alvoroço*” (43 anos, 9 anos escol., beneficiária RSI, trabalh. não qualific. do comércio). A reacção de oposição por parte dos vizinhos é já expectável, que tudo farão para o afastar e a única forma de se verem livres do vizinho “indesejável” é oferecerem uma indemnização para que o indivíduo de etnia cigana deixe a sua habitação. David conta como é que os não ciganos tendem a reagir e como os ciganos acabam por ceder às pressões da maioria:

(...) depois quando essa pessoa cigana vai para a casa as pessoas enfrentam-se com um problema ‘um cigano aqui, é impossível, então...’, se o prédio é novo então já dizem logo que não vendem nada, então logo não é vendido, não é nada, então o que é que fazem? Indemnizam o cigano... pronto, dão indemnizações. (...), o cigano gastou 10 mil, dão 20 mil, o cigano ganha o dobro e o cigano como vê que, pronto, ganha o dobro, o cigano é muito estúpido aí. (37 anos, 4 anos escol., desempregado).

Avaliação da relação com as forças policiais

As acusações face à polícia são numerosas e assumem diversas configurações consoante as situações e os contextos. Os entrevistados aludem aos abusos de poder, por parte das forças policiais, que se traduz num uso excessivo da força perante os ciganos. Assinalam que esta forma de actuação também pode ser observada no contacto com outros grupos étnicos classificados como “grupos perigosos”, como sejam os africanos. Admite-se que poderá haver algum exagero e até sobrevalorização das relações de conflito entre ciganos e polícia.

Parece haver uma espécie de “hostilidade quase natural” e constante entre ciganos e forças policiais e que parece radicar em preconceitos bem consistentes e historicamente consolidados. Para alguns dos entrevistados, não se pode dizer que a polícia enquanto organização é racista, mas na corporação existem certamente indivíduos racistas, que tratam de forma discriminatória os ciganos e membros de outras minorias. Nas relações difíceis entre ciganos e polícia parece que os direitos e deveres de ambas as partes colidem entre si, assumindo-se por vezes como inconciliáveis, nomeadamente os direitos à liberdade e segurança, o direito ao trabalho e a proibição de tortura.

Os entrevistados queixam-se da agressividade ou eventualmente da indiferença com que são tratados pelos agentes das forças policiais. Para os ciganos, os agentes partilham e incorporam ideias pré-concebidas e estigmatizantes que circulam na sociedade maioritária sobre os ciganos, assim os ciganos são sempre culpados, ladrões, criminosos, fazem estragos, ou seja, constituem uma espécie de parasitas que colonizam a sociedade. David evidencia a forma como, na sua óptica, a polícia encara os ciganos:

Quando há uma complicação de ciganos e pretos eles só dizem ‘se morrer mais um preto ou um cigano não faz mal, é menos um’... e isso, eu acho que... ao dizerem isso é uma discriminação bastante forte, eu acho que um polícia nem devia dizer isso porque o polícia é um homem que... que veio, que é posto para as leis portuguesas, por exemplo, o Estado põe polícias, põe cada vez mais polícias para que nós não se possamos matar uns aos outros. (37 anos, 4 anos escol., desempregado).



Hélder tem 28 anos, é mediador sócio-cultural e afirma que as forças policiais não actuam junto dos ciganos numa perspectiva de auxílio e protecção, mas sempre numa perspectiva de repressão, ou seja, *“quando eles lidam com um cigano eles não auxiliam directamente.”*

Daniel afirma que a *“má imagem”* é mutuamente partilhada, no entanto, o relacionamento parece ser mais difícil com a GNR do que com a PSP, talvez porque a primeira seja uma força militarizada e com menor ligação à sociedade civil, realçando assim:

A polícia começou a mudar muito mais cedo, e a atitude da Polícia é totalmente diferenciada da GNR. A GNR nalgumas zonas mudou, mas no seu...mas nota-se que há nisto um certo revanchismo, ainda talvez pelas pessoas não serem... serem... terem mais de... pelo menos há uns anos eram, se calhar já não é assim tanto, mas por serem de zonas do interior do país, que têm sobre o cigano uma atitude penalizante (38 anos, ens. superior, quadro técnico intellect. e científico).

As relações críticas entre ciganos e forças policiais também se estendem aos *bairros e zonas de realojamento*, nomeadamente quando a polícia desencadeia rusgas nesses espaços.

Romana fala que as rusgas são essencialmente situações violentas e que envolvem todos os moradores, independentemente do sexo e da idade, assim:

(...) eles algemam as crianças conforme algemam os adultos; é a mesma coisa.

Levam as crianças para a esquadra também?

As crianças não, mas as de maior idade e maiorzinhos sim...” (34 anos, não sabe ler e escrev., inactiva).

Os relatos a propósito da forma como decorrem as *rusgas* nos seus próprios *espaços residenciais* deixam transparecer a prepotência e a dureza dos actos perpetrados pela polícia: há abusos, *“destroem tudo”, “partem tudo”, “desarrumam tudo”,* e segundo os entrevistados, se for necessário, arranjam meios de prova para incriminar uma pessoa. Martinho está detido e vivia num bairro de habitação social nos arredores de Évora, e faz alusão à forma como decorrem essas acções: *“a polícia chegava, rebentava o portão, desarrumava tudo em casa, batiam, mas ninguém se queixava”* (26 anos, 4 anos escol., trabalh. não qualific. do comércio). O principal *leitmoiv* que leva a polícia a agir desta forma é o pressuposto de que os ciganos são sempre os responsáveis pelo tráfico de droga. Entre os entrevistados detidos, Elsa (28 anos, 6 anos escol., trabalh. não qualific. do comércio) é a única que está em reclusão por este motivo. Avalia as rusgas policiais e o policiamento nos bairros sociais e bairros degradados como ineficazes no combate e repressão do tráfico de droga.

Também Alexandrino classifica como específica a forma como as forças policiais actua nos bairros de residência de ciganos e africanos, alegando que nestes contextos e face a estas duas populações a polícia tende a abusar do uso da violência física. Alexandrino conta aquilo que observava no seu anterior *locus* de residência:

(...) eu estou a falar no bairro das Galinheiras, quando eles entram, quando eles actuam, não é, eles pensam que estão a lidar com os cães e estão a lidar com pessoas muito criminosas. Porque é assim, eu posso estar a morar num bairro e pode haver... um ladrão ou pode haver um assassino, não é por ele ser assassino que as outras pessoas pagam e eles actuam de maneira, às vezes, de empurrar as pessoas, de gritar com as pessoas, não somos todos iguais. (32 anos, 6 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).



Fábio tem apenas 16 anos e nota um clima de hostilidade permanente entre residentes e polícia no bairro de habitação social onde reside, que se localiza no concelho de Loures. Classifica como normal a intervenção da polícia, já que é habitual haver conflitos violentos entre polícia e residentes, no entanto, diz que a conflitualidade envolve sobretudo moradores de origem africana. Fábio dá conta desta ambiência de oposição e confronto:

A polícia aí nesses sentidos pode partir para a violência porque eles também partem. Houve uma vez que cercaram e eles não tinham como sair, tiveram que andar à porrada uns com os outros, principalmente, eu não estava em casa, mas a minha mãe é que me contou, que ela estava à janela e viu. Sim, eu acho que aí podem partir para a violência e acho normal. (...) Eles também têm que se defender porque há polícia que já foram provocados e, sei lá, foram mal para o hospital, acho bem eles defenderem-se. (7 anos escol., frequenta curso de formação profissional).

Marco já por várias vezes foi detido em situações de rusga, afirmando que, nestas situações, os agentes “levam tudo e todos que vêem, vai tudo!”; numa das vezes em que foi algemado e levado para a esquadra, o entrevistado afirma que aí foi alvo de agressões físicas injustificadas, declarando: “cheguei a ser levado 3 ou 4 vezes e eles bateram-me, mas não deixaram marcas, mas uma vez bateram-me aqui na cabeça e ficaram as marcas, ainda aqui tenho [mostrou a marca]. Geralmente, eles batem de modo a não deixar marcas.” (23 anos, 6 anos escol., trabalh. não qualific. da construção, detido). Acrescenta ainda que este fenómeno não é pontual, nem esporádico, acontece com frequência com outros ciganos residentes no bairro. Perante este comportamento, supostamente discricionário, questionou-se Marco sobre o que ele sentiu, revelando que: “senti-me mal, senti-me zangado...”

Nelson tem 30 anos e considera que a polícia tem um papel indispensável na manutenção da ordem pública, nomeadamente nos bairros sociais e bairros degradados; no entanto, parece haver por parte dos moradores uma evidente posição de “incompreensão sobre o trabalho da polícia” (6 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

Luís tem 54 anos, reside em Lisboa e realça o contributo e as virtualidades da “polícia de proximidade”²⁸, na medida em que tem ajudado a desvanecer por um lado, o medo dos ciganos face à polícia e por outro, a opacidade do sistema jurídico.

Mas em outras situações, nomeadamente no que concerne à vigilância rodoviária, os entrevistados referem o excesso de zelo adoptado nas operações *Stop*. Arlindo realça que, quando os agentes se confrontam com os ciganos, geralmente, usam e abusam da autoridade que lhe é conferida, não aplicando a lei segundo o princípio da igualdade. O entrevistado descreve como é que a polícia actua perante um condutor cigano:

Abrem o carro e, por vezes, não pede documentos, aí é que está mal, mas eu, eu não lho dou. Se ele me falar assim para mim, um polícia, não lhos dou...Eu digo-lhe logo ‘oiça lá, o senhor está na estrada para quê? Primeiro pede-me os documentos do carro, se o carro é roubado, pede-me a carta de condução e o meu cartão de identidade e depois é que manda abrir o carro e se lá tiver artigo, pede-me factura. Não é não pedir documentos, não pedir nada e ‘abre-me o carro’, ‘não abre não’, aí é que está o mal, vê, aí é que está o racismo todo, não abre não senhora porque a lei não manda isso. (60 anos, 4 anos escol., reformado (trabalh. não qualific. do comércio)).

As operações *Stop* surgem descritas como uma das situações em que emergem de imediato emoções, como a humilhação e a vergonha. Em tal situação quando a polícia se apercebe de que o condutor é cigano, emerge de imediato a desconfiança, e a viatura é então revistada de forma cuidadosa,



sob o argumento de que transportará “algo de suspeito”. Neste contexto, David conta com pormenor o que os ciganos sentem:

É uma vergonha perante tantas as pessoas, a gente ser mandados parar, depois a polícia revista ali o carro a pensar que nós somos criminosos ou traficantes, isso é um bocado... até baixa o nível de... da etnia, por exemplo, nós ao vermos essa situação até ficamos um bocadinho rebaixados, ficamos um bocadinho envergonhados e nós leva a fazer outras coisas até... Por exemplo, até a brigar, sejamos assim a brigar com a polícia e chamar a atenção que ele não pode fazer isso porque é uma vergonha, na esquadra sim. (37 anos, 4 anos escol., desempregado (trabalh. não qualific. dos serviços)).

Rui considera que há algum exagero da parte da generalidade dos ciganos que se auto-classificam como alvo privilegiado das operações *Stop*. Esta reacção deve-se segundo Rui, ao facto de os ciganos se sentirem lesados com a intervenção da polícia na medida em que *“levam lá [na viatura] material que não deviam levar. Então aí a revolta deles.”* (32 anos, 7 anos escol., técnico de nível interm. e independ. do comércio e serviços).

Mas é principalmente nas *feiras, mercados, praças e ruas*, locais onde se concretiza a venda ambulante, que as relações entre ciganos e polícia pode assumir contornos de maior tensão e até conflitualidade.

Leandro considera que a polícia cria sérios obstáculos e limitações à sobrevivência dos ciganos que vivem apenas da venda ambulante. Argumenta que os ciganos não têm outras oportunidades de trabalho, deparam-se com dificuldades no exercício da venda ambulante, dada a falta de lugares licenciados de venda em mercados e feiras, daí não restar outra solução que não seja *“vender a fugir à polícia”*, acrescentando que *“nós queremos fazer a vida e eles não nos deixam”* (28 anos, 6 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

Embora Rui não seja vendedor ambulante, mas músico profissional, também observa algum exagero na actuação da polícia, nomeadamente quando procede à apreensão de produtos de contrafacção que são vendidos em feiras e mercados. Considera que a repressão não deveria incidir apenas nos vendedores que estão a jusante do processo, mas sobre os fabricantes dos produtos. Mais uma vez, o entrevistado reforça que se culpabiliza, persegue e se criminaliza o cigano, já que se pressupõe que todos os vendedores ciganos vendem apenas produtos contrafeitos, omitindo o facto de que nem só os ciganos vendem este tipo de produtos, assim como a identidade de quem fabrica e distribui os produtos para venda. No entanto, e como afirma Clara, os Outros nunca estão sob suspeição *“quem é suspeito são os ciganos”* (29 anos, sabe ler e escrev., trabalh. não qualific. do comércio). Porém, grande parte dos entrevistados considera que a polícia se limita a fazer o seu trabalho e a aplicar os dispositivos que estão na lei. Para estes, as acções de apreensão em feiras e mercados não são encaradas como atitudes discriminatórias. Rui reconhece que, por vezes, esse tipo de acções desencadeia reacções de violência, devido à resistência e à desobediência às ordens por parte dos ciganos, nomeadamente quando vêem a polícia levar-lhes a mercadoria. O entrevistado acrescenta que os ciganos podem ficar revoltados e nervosos ao verem a polícia a levar-lhes o *“que é seu”*, o que pode gerar entre as partes, conflitos e até agressões mútuas:

Imaginemos, imaginemos que a senhora está a vender isto. O Sr. Polícia chega aqui e tira-lhe isso. A senhora revolta-se, eu como autoridade, tenho que mostrar a autoridade que sou, eu acho sinceramente que não... Eu acho que a polícia cumpre o dever deles, coitados eles andam, andam... (32 anos, 9 anos escol., técnicos de nível interm. e independ. do comércio e serviços).

A reacção de desobediência e de indisciplina face à autoridade policial justifica-se porque, muitas das vezes, o artigo que é apreendido é o único ou o principal meio que garante de facto a subsistência de muitas famílias ciganas. Por vezes, investiu-se na mercadoria apreendida parte da prestação do RSI ou



algumas poupanças amealhadas para uma boa oportunidade de negócio. Sara, tem 68 anos, recebe uma parca reforma e manifesta a sua revolta ao dizer que sentiu “*um choque*” quando ficou “*sem nada*”. A entrevistada classifica a apreensão por parte da polícia de “*roubo*”, na sua óptica não é mais do que um acto de crueldade, como fica claro no seguinte extracto:

Se eles disserem ‘não podes estar aqui a vender’ automaticamente eu dobro tudo e vou-me embora. Mas não, não dizem nada, não ralham, pegam nas coisas e metem dentro do carro. Roubam as coisas à gente... Em Paço D’ Arcos veio um polícia, levou-me tudo. Digo: ‘senhor guarda, que é isso? Então vocês vêm atrás da gente, dizem que as ciganas são ladronas? Ladrões agora vocês’, eram 3. O senhor guarda não tem vergonha que roubar a uma mulher?

(68 anos, 4 anos escol., reformada (trabalh. não qualific. do comércio) .

Em outros relatos reitera-se esta ideia, de que as forças policiais roubam os ciganos. Marta assevera que “*tiram as coisas e ficam com elas*” (21 anos, 6 anos escol., trabalh. não qualific. do comércio).

Fábio assinala que a polícia tem a tendência para “*implicar*” com os ciganos, agindo com brutalidade e violência face aos vendedores ambulantes, sendo de destacar a violência física exercida sobre mulheres:

Não é bem os chefes, é mais abaixo, os subchefes e... os que vão em grupo, os que mandam no grupo, esses mais ou menos assim. (...) mas às vezes implicam que falta uma coisa, que eles ou trazem amanhã ou se esqueceram e eles é tudo à brutalidade, tenho visto coisas de muita violência. Bater a mulheres e tudo, murros na boca e um filho mais velho a tentar ajudar a mãe ou tirar a mãe, ainda levaram o filho para dentro da carrinha, ainda lhe bateram ao filho, assim já várias vezes aconteceu isso. (16 anos, 7 anos escol., formando num curso de formação profissional).

Algumas das mulheres entrevistadas revelam que, no exercício da sua actividade profissional como vendedoras ambulantes, já foram agredidas fisicamente pelos membros das forças policiais. Cármen recorda as agressões de que foi alvo em 2002, na esquadra da GNR. Foi detida quando estava a vender na rua, ou seja, num local não licenciado, depois de ter sido avisada de que não poderia ali permanecer, foi-lhe apreendida a mercadoria (38 anos, não sabe ler e escriv., trabalh. não qualific. do comércio). Cármen afirma que foi levada à força para a esquadra local. Na altura pensou que seria apenas para ser identificada e para lhe prescreverem uma multa, pois, é este é o procedimento normal. Porém, a entrevistada recorda que foi aí que, inesperadamente foi violentamente, agredida pelos agentes de autoridade:

Agarraram a darem-me com cacetetes, com cacetetes, conforme a descer davam-me pontapés, conforme descia davam-me pontapés, davam-me pontapés com as botas, as pernas ficaram marcadas. Cheguei cá abaixo, acho que devia ser o chefe, quando ouvir os gritos, que era os meus gritos, veio muito à pressa e então veio ver o que era. Então, era eu, camisa toda rasgada de apanhar, camisa toda rasgada... olhe, eles não me mataram porque não quiseram, porque foi fechada, eles agrediram-me fechada. (38 anos, não sabe ler e escriv., trabalh. não qualific. do comércio).

No dia seguinte Cármen foi ao hospital e foi a uma outra esquadra apresentar queixa contra os agentes que a agrediram, tendo entretanto, sido nomeado um advogado oficioso para a defender. Revela que nunca mais voltou ao local onde antes vendia, agora só faz feira ao fim-de-semana e confessa que ficou traumatizada com esta situação, temendo represálias por parte da polícia. A dor e os danos, designadamente psicológicos e emocionais, parecem ser significativamente dolorosos. De facto, esta



experiência afectou indelevelmente o seu comportamento quotidiano. Diz que sente uma *“tristeza muito grande”*, que não se configura como um simples estado emocional passageiro ou situacional, mas algo mais profundo que pesa sobre si própria e sobre a sua família. Classifica os agentes das forças policiais como racistas e *“maus”* porque *“batem nas pessoas”*.

Mas também alguns homens, embora em reduzido número, falam da violência física de que foram alvo no exercício da sua actividade laboral. Na actualidade Henrique não trabalha, mas é beneficiário do Rendimento Social de Inserção (RSI) e refere que no passado foi vítima de agressões no âmbito do exercício da venda ambulante. Assim, o entrevistado revela que estava a vender relógios na rua e foi detido porque suspeitavam que ele estava a vender artigos roubados. Mais uma vez se constata que as agressões físicas não tiveram lugar na via pública, mas no interior da esquadra, como é possível constatar a partir do discurso do entrevistado:

A mim já me aconteceu eu estar a vender relógios e por qualquer motivo não tinha a factura comigo... bateram-me. Já me aconteceu isto... eles pensarem que eu tivesse roubado e não quiseram acreditar que os relógios eram meus; e depois no dia a seguir tive que ir mostrar a factura que tinha deixado em casa. Levaram-me para esquadra e bateram-me lá. (38 anos, 6 anos escol., inactivo).

Perante esta situação, Henrique revela que não apresentou queixa contra os agentes, pois, acredita que nem sequer vale a pena, seria uma perda de tempo, porque não havendo testemunhas nunca a sua palavra se sobreporia à dos agentes de autoridade.

Mau grado as opiniões acima ventiladas, a maioria dos entrevistados crê que, hoje em dia, os ciganos conhecem os seus direitos e perante um abuso ilegítimo de poder por parte das forças policiais, estão em condições de exercer a sua prerrogativa de acesso ao Direito e às respectivas garantias processuais. Clara declara com veemência que *“os nossos direitos são iguais aos vossos! Temos que ter os mesmos direitos! Semos seres humanos!”* (29 anos, sabe ler e escrev., trabalh. não qualific. do comércio). Paulo considera que houve uma *evolução* positiva no interior da população cigana, que se tornou mais *“civilizada”*, face ao passado em que se afigurava como *“primitiva”* e *“incivilizada”*, assim:

Dantes não faziam, porque o cigano não era civilizado tá a ver?

Dantes batiam ao cigano e por cima punham-no a pontapé fora e ó depois o cigano ainda tinha que se queixar aí querendo a gente tinha que fugir, tá a ver?

Mas hoje há ciganos civilizados que vão fazer queixa da pessoa, tá a ver? Não se importam de ir a tribunal, tá a ver? Desde que eles não façam mal, tá a ver e não faltam-lhe ao respeito, eles calhando metem-lhes no tribunal, sim, têm advogados para isto, sim têm advogados, têm tudo, pronto, têm os seus direitos e acho bem, acho bem. (49 anos, não sabe ler e escrev, trabalh. não qualific. do comércio).

Refira-se o receio que os ciganos têm face à polícia, que se configura como um temor historicamente enraizado, desde que cruzaram o território nacional há mais de 5 séculos e que não pode ser dissociado da tendência amplamente ancorada na sociedade dominante para a culpabilização e repressão daquela população. Mas os preconceitos não são apenas construídos pela maioria, também os ciganos construíram preconceitos em torno das forças policiais, Marco confessa que *“os ciganos, claro, que pensam mal da polícia e muitos até ofendem a polícia”* (23 anos, 6 anos escol., trabalh. não qualific. da construção, detido).

O medo face às forças policiais e até uma certa aversão emerge com uma componente afectiva evidente em alguns dos discursos. Marta tem apenas 21 anos e manifesta a sua antipatia, ao afirmar



“detesto polícias, odeio”, acrescentando que os ciganos não “gostam da polícia” (6 anos escol., trabalh. não qualific. do comércio). Jorge pensa que a razão de ser desse receio reside na iliteracia de muitos ciganos que, ainda hoje, não conhecem ou não têm consciência dos seus direitos, não possuindo capacidade de defesa e resposta face aos abusos e excessos das forças policiais.

Mas se durante 4 séculos o cigano era condenado pelo facto de ser, cigano, ele não precisava de fazer nada, ele não precisava de roubar uma galinha ou ter enganado alguém na compra de um burro. Era por ser cigano, era cigano, és condenado às galés, és para o desterro, és preso, é não sei quê. É pá, esse principio da inocência não existiu durante muitos anos e por isso há sempre este estigma de que, efectivamente, o cigano é presumivelmente culpado. (47 anos, ensino superior, quadro técnico intellect. e científico).

As conturbadas e problemáticas relações entre ciganos e polícia radicam no processo histórico de marginalização e de perseguição de que os ciganos foram alvo em contexto nacional. Mas a violência e os abusos de autoridade por parte da polícia assumiam uma outra gravidade e uma maior severidade no período anterior ao 25 de Abril de 1974, como está bem patente no discurso veiculado por Paulo, ao dizer:

Aqui antes do vinte e cinco de Abril... Eh pá, não era assim porque chegavam-se com os cavalos, se fosse preciso pisavam nas crianças, epá pronto, chegavam com os cavalos pra cima, pá, o cigano pá, às vezes extraviava, às vezes fazia certas asneiras porque era obrigatório também, não sei se tá a ver, porque andava fugido, pronto, sabe que andava fugido, pronto, o cigano era como um bicho, faz de conta, é assim mesmo... à relação d'hoje não e às vezes falam na televisão, sim senhora olhe antes o cigano tinha má fama e calhando de fazer certos males às vezes porque obrigavam-nos... Com uns barraquitos de plástico e tal, prontos, que as crianças pelo menos de Inverno, obrigavam a desmanchar as barraquitas e... Aí o cigano, eh pá, tornava-se mal com os que o obrigavam a ser mau. (49 anos, não sabe ler e escrev, trabalh. não qualific. do comércio).

António tem 48 anos e compara a intervenção da polícia sobre os ciganos no período antes e pós 25 de Abril. Antes os ciganos eram tratados como “escravos”, quando “um cigano roubava aqui uma coisa, estavam vinte ciganos ali sem fazer mal nenhum e pagavam todos... agora não senhor, agora quem faz o mal é que paga, sim senhora, muito diferente.” (48 anos, beneficiário do RSI, não sabe ler e escrev., trabalh. não qualific. do comércio). Mas na actualidade o quadro de relações polícia-ciganos é muito distinto do que foi no passado. Luís é dirigente de uma associação cigana e declara que, hoje em dia, a polícia tende a tratar o cigano como qualquer cidadão nacional, tem a preocupação de evitar o excesso de zelo e de força, até porque agora há uma posição mais activa na denúncia de situações “anómalas”, quer por parte dos organismos governamentais, quer das associações anti-racistas.

REPRESENTAÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE DISCRIMINAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS IMIGRANTES RUSSOS E UCRANIANOS

Apresentam-se, de imediato, ainda que de forma descritiva, as esferas sociais em que os imigrantes da Rússia e da Ucrânia percebem e pressentem como sendo aquelas em que são especialmente prejudicados. Nesta sequência, analisam-se algumas das práticas discriminatórias mais comuns e focadas pelos imigrantes que foram entrevistados, assim como as respostas comportamentais e, em alguns casos, as reacções emocionais dos sujeitos em tais situações.



Mercado de trabalho

A economia e o mercado de trabalho em Portugal constituem o quadro de fundo onde se opera a utilização e a exploração de uma mão-de-obra imigrante (e também nacional) em que diariamente se assiste à “proliferação de múltiplos cenários de precariedade e de instabilidade” das relações laborais (Gonçalves et. al., 1998, p. 138). Hoje em dia, e em contexto nacional, parece claro que a precariedade marca as trajetórias profissionais dos trabalhadores em geral, que mais facilmente se submetem às lógicas de exploração intensiva de mão-de-obra impostas pelas empresas, sendo também elevada a taxa de rotação (mobilidade), assim como a vulnerabilidade ao desemprego. A tendência orienta-se assim no sentido de implementar políticas de gestão de mão-de-obra cada vez mais flexíveis (Gonçalves et al., 1998, p. 144), decorrendo daí o recurso extensivo a formas precárias de emprego, como o trabalho clandestino^{xi}, que pode associar-se ao facto de a própria empresa ser clandestina (não procede à remessa de folha de Remunerações para as Instituições de Segurança Social) (Bento, 1989, p. 29). Almeida et al. (1992, p. 18) não têm dúvidas de que a estrutura e funcionamento do mercado de trabalho funcionam como factores de agravamento das condições de precariedade e exclusão. Os contratos de trabalho de curta duração tornaram-se num fenómeno permanente e as situações instáveis e transitórias, como a precariedade dos vínculos laborais e a alternância de situações de actividade e inactividade, têm reduzido o peso do salário no conjunto de rendimentos familiares. Neste contexto, as desigualdades resultam também da inserção diferencial no mercado de trabalho.

A inserção profissional dominante entre os imigrantes inscreve-se ainda na designada economia informal, que pode ser definida como “all income-earning activities that are not regulated by state in social environments where similar activities are regulated” (Castells e Portes, 1989 citado por Baganha, 1996, p. 12). Estas actividades geram profissões em que a regulação social, estatal e judicial estão ausentes. Baganha salienta ainda que há empresas que estão parcialmente imersas na economia formal, mas depois recorrem a processos de subcontratação na economia informal, o que é recorrente em alguns sectores bastante etnicizados, como a construção civil e os serviços domésticos. Particularizando o sector da construção, onde grande parte dos entrevistados exerce actividade profissional, é de salientar a forte mobilidade espacial, com deslocações frequentes de mão-de-obra, uma vez que o local de trabalho muda constantemente. As pequenas e médias empresas operam muitas vezes de forma ilegal, recorrendo a uma mão-de-obra imigrante não regularizada e sem contrato de trabalho, sendo comuns as práticas de rotatividade e de subcontratação. Raramente há formação neste sector, devido à mobilidade, à imposição de apertados prazos de conclusão de obras e à própria ilegalidade^{xii}, sendo também neste sector que ocorrem cerca de metade dos acidentes mortais de trabalho (Lima, 2004, pp. 1-12).

De facto, Gomes Canotilho ((coord.) 2000, p. 58) chama a atenção de que é no domínio da inserção do mercado de trabalho que a “discriminação contra os imigrantes e as minorias étnicas poderá ser mais inquietante”. O autor refere que as Convenções da OIT deram um especial contributo na proclamação da não discriminação, pois, em regra, são aplicáveis a todas as pessoas, sem distinções baseadas na nacionalidade. No entanto, a protecção especificamente laboral só se aplica aos trabalhadores legalmente residentes em país estrangeiro (Canotilho (coord.) 2000, p. 146 e p. 149), deixando de fora todos os outros imigrantes.

Com feito, e como se poderá observar a partir da análise dos discursos dos entrevistados, os principais problemas e dificuldades vivenciados pelos imigrantes russos e ucranianos, em contexto nacional, reveladores de práticas discriminatórias, são mais frequentes, explícitas e “mais sentidas” na esfera do trabalho.

A exploração, as atitudes, as práticas desonestas e até ilícitas perpetradas por empregadores sem escrúpulos são enfatizadas pelos entrevistados. O poder discricionário e os abusos sobre os trabalhadores imigrantes são frequentes, sendo até verbalizados com alguma facilidade pelos próprios entrevistados.

De uma forma até um pouco paradoxal, Zina assevera que, em Portugal não há racismo, no entanto, observa que existem problemas no âmbito das relações de trabalho, que se relacionam com



atitudes de desonestidade e não socialmente aceitáveis por parte dos empregadores (45 anos, nac. russa, regularizado, desempregada). Para a maioria dos interlocutores russos e ucranianos, tais problemas não podem ser classificados como racismo porque se trata de uma prática inerente e perceptível à lógica de acumulação capitalista, e, por isso, perfeitamente compreensível.

Esta opinião é partilhada, entre outros, por Natacha que cataloga tais práticas de *“negócios deles (patrões), que eles fazem”* (37 anos, nac. ucraniana, regularizado, quadro técnico intelect. e científico). Leonid tem nacionalidade russa e cidadania ucraniana e manifesta uma outra forma de encarar esta questão: com subtileza afirma que mais do que racismo, o que aqui está em causa é o *“espertismo”* dos patrões nacionais, já que eles *“aproveitam a situação ilegal por exemplo, não é... porque a pessoa nunca vai queixar a lado nenhum”* (40 anos, regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção). Ou seja, estas práticas inscrevem-se numa lógica de exploração intensiva da força de trabalho imigrante, bem como na acumulação a todo o custo de mais-valias, o que não se pode dissociar do enquadramento geral da economia portuguesa, cujas principais características já foram descritas.

Numa perspectiva temporal, a maior parte declara que outrora, ou seja entre 2000 e 2001, o *“patrão enganava mais”* do que na actualidade. Estes trabalhadores não foram apenas expoliados pelo patronato nacional, mas também por grupos relativamente estruturados, constituídos predominantemente por indivíduos que são seus compatriotas e que praticavam uma criminalidade violenta. Segundo os relatos dos entrevistados, a sua acção desenvolveu-se exponencialmente em virtude, entre outros factores, das lacunas da lei da imigração, da falta de controlo sobre a imigração ilegal, da exploração dos sentimentos de medo perante as ameaças e agressões de que os imigrantes eram alvo e ainda devido ao desconhecimento da língua, assim como dos direitos que lhes assistiam. A notoriedade da acção de tais grupos parece ter sido particularmente evidente entre 2000 e 2001, o que coincide com as narrativas dos reclusos de Leste que estão detidos ou a cumprir pena por organização criminosa e/ou auxílio à imigração ilegal.

A maior parte dos relatos em que os entrevistados fazem referência a estas organizações falam essencialmente da violência exercida por *“bandos de chantagistas”* que se dedicavam a actividades como a extorsão, a protecção forçada e a colocação no mercado de trabalho, a troco de um determinado valor em dinheiro, cujo pagamento era geralmente efectuado com uma certa periodicidade.

O mercado de trabalho é, com efeito, a esfera onde se regista uma variedade significativa de situações que indiciam uma certa exploração e um tratamento desigual e desfavorável dos trabalhadores imigrantes face aos não migrantes. As práticas discriminatórias são diversas, incluindo o não pagamento da totalidade ou de parte dos salários, o atraso no seu pagamento, não receber ou não ser pago de acordo com o que tinha sido combinado, ser enganado e trabalhar mais horas do que as previstas no contrato, não receber o pagamento relativo a horas de trabalho que vão para além do horário normal de trabalho e ainda o pagamento de níveis salariais inferiores aos auferidos pelos trabalhadores nacionais.

Relativamente ao *não pagamento de parte ou da totalidade das remunerações de trabalho*, Nina revela que, logo na sua primeira relação de trabalho em Portugal, o patrão sistematicamente protelava o pagamento dos salários, acabando por nunca concretizar os pagamentos em dívida. A entrevistada confessa que ficava furiosa com a situação *“porque os portugueses recebiam e eu não, o encarregado dizia: ‘depois, depois, não sei...’ Depois acabei por me cansar e vim-me embora.* (40 anos, nac. ucraniana, regularizado, operária da indústria e construção). Com algum arrependimento deixou esta actividade porque não foi nada fácil encontrar um novo posto de trabalho e neste também se lhe colocaram os mesmos problemas, só que desta vez Nina teve receio de reivindicar os seus direitos, pois receava voltar a perder o seu principal meio de vida, temendo que o patrão lhe dissesse: *“vai embora’ e eu tinha medo de perder o trabalho e é difícil arranjar trabalho para ucranianos.”*

Maria tem 23 anos, é russa, faz atendimento no CNAI (Centro Nacional de Apoio ao Imigrante), e afirma que tem registado muitas situações de *“abusos de autoridade”*, por parte da entidade patronal. Assinala que há empregadores que, de forma intencional, exercem humilhações sobre os *“trabalhadores de*



Leste”. Nestas situações, verifica que a maior parte dos imigrantes opta pelo silêncio, porque receia perder a sua actividade profissional e porque são escassas ou inexistentes as suas competências linguísticas em português. Por outro lado, receiam pedir ajuda aos seus concidadãos, já que temem relações interessadas e de exploração. Oxana ocupa uma outra posição no ciclo de vida (tem 41 anos) e revela que é preferível pensar friamente antes de reagir emocionalmente. Esta reacção parece resultar da acção dos principais agentes de socialização, como a família, a escola, o sistema político, que apelavam para a incorporação de atitudes e condutas de uma certa contenção ao nível do tom de voz, dos gestos, da expressividade facial e corporal. Estes mecanismos de reacção foram incorporados ao longo do seu trajecto de vida, e, principalmente nos contextos vivenciais no seu país de origem. Para esta mulher, nacional da Rússia, a resposta comportamental expectável por parte dos “imigrantes de Leste” é uma atitude de retraimento, que se traduz no silenciamento do sofrimento e de uma certa resignação. Assim sendo: *“calam a boca... estás mal por dentro, mas que se pode fazer? Nada. (...) o povo russo, o povo russo está habituado a sofrer...”* Argumenta que essa reacção é a esperada e a “natural” dado o contexto de repressão social e política que marcou seu país de origem durante o século XX.

Antes de revolução, pobreza, pobreza, pobreza. Depois tivemos a revolução, mais pobreza porque não ricos, toda a gente é igual, não tem nada, está com fome, 1ª Guerra Mundial, guerra civil, não sei quê, por país foi arruinada. Depois pouco a pouco ganhou força, 2ª Guerra Mundial. E gente, gente são trabalhadores, a gente sabe e gosta trabalhar e acho que não está habituado a falar muito, lutar pelos seus direitos. É mau, é mau. (nac. russa, não regularizado, ens. superior, trabalh. não qualific. dos serviços).

Natacha é ucraniana e a este propósito invoca a importância da “disciplina soviética”, valor transmitido na escola, mas também em contexto doméstico. Esta é uma das razões que leva a entrevistada a afirmar que *“somos muito mais fechados. E não se fala muito, principalmente em público ou assim de emoções e de aquilo que sentimos.”* (37 anos, regularizado, ens. superior, quadro técnico intellect. e científico).

No entanto, a questão de género do trabalhador imigrante pode interferir na forma como este reage às situações de discriminação no mercado de trabalho. Ao homem é socialmente concedida uma maior liberdade para expressar os seus “fracassos sociais”, notando-se uma atitude de aceitação social perante comportamentos como a adicção ao álcool, ao facto de irem viver para a rua, tornando-se, eventualmente, indivíduos sem domicílio certo ou mesmo sem-abrigo. A mulher, por seu turno, reagirá de forma diferente, dadas as maiores expectativas sociais que recaem sobre ela, assim como o excesso de responsabilidades sociais que lhes são acometidos. Por exemplo, Oxana revela que a pressão familiar e social não permite que a mulher *“mostre que está mal. O homem pode estar mal, pode, tem direito, pela natureza, a mulher não pode porque atrás dela família. Por exemplo, talvez não é casada, talvez não tem filhos, mas tem família, os pais, tem que pensar geral.”* (nac. russa, não regularizado, ens. superior, trabalh. não qualific. dos serviços). Mesmo em contexto migratório parece haver processos de adaptação diferenciados segundo o género, em que a mulher continua a ter que gerir de forma adequada as expectativas prescritas pelos papéis sociais que assume na sociedade de acolhimento, quer na esfera familiar e doméstica, quer no mundo do trabalho. Apesar dos constrangimentos e mudanças estruturais e conjunturais que os indivíduos já experimentaram na sociedade de acolhimento, a mulher parece deter uma posição de subalternidade e de dependência face ao homem.

Estas práticas desencadeadas pelos patrões ainda que ilegítimas e ilícitas, são pouco visíveis, porque são concretizadas na sombra, enquanto as respostas comportamentais dos imigrantes tendem a assumir contornos mais reactivos e violentos e a ser envoltas por uma excessiva visibilidade mediática, que acaba por prejudicar a imagem pública destes imigrantes. Alex está detido por organização criminosa e auxílio à imigração ilegal e refere ter ajudado alguns dos seus concidadãos a quem os patrões não pagavam. O entrevistado alega que *“patrão português enganar e eu ajudar pessoas muitas vezes. Ajudei*



outra pessoa da minha aldeia e fui falar com patrão português, e ele pagou, não pagou tudo de uma vez, pagou uma parte.” (45 anos, nac. russa, não regularizado, operário da indústria e construção).

A assunção de *horários de trabalho* que ultrapassam aquilo que é normal e lícito no sector de actividade é uma sujeição vivenciada por alguns dos entrevistados. O excesso de trabalho conjugado com a inexistência ou insuficiência de períodos de descanso poderá propiciar a ocorrência de acidentes de trabalho. O excesso de trabalho e a fadiga levam a que o trabalhador perca a concentração e desvalorize o risco. Leonid relata o acidente que teve quando trabalhava na construção da linha de Metro da Alameda.

(...) foi descuido, foi descuido meu mesmo porque... foi, quer dizer, não sei, também da organização, o trabalho era um bocadinho pesado, havia umas pedras de mármore que estava aí eu tinha de segurá-los e pensei que alguém tinha chamado, virei para trás, foi só um bocadinho, mas é muito pesada, eu já não consegui segurar e ela caiu em cima de mim; Foi descuido mas também cansaço. (40 anos, nac. russa (cidadania ucraniana), regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção).

Os entrevistados referem que os *níveis salariais* dos imigrantes são em média *mais baixos* que os dos nacionais. Anastacia tem nacionalidade russa e está casada com um cidadão português, declarando que não sabe como denominar e interpretar as situações que tão recorrentemente ocorrem no mercado de trabalho e que prejudicam sobretudo os “trabalhadores de leste”, como é o caso da *diferenciação salarial* entre trabalhadores migrantes e nacionais. Na sua opinião *“por exemplo, trabalha, no mesmo trabalho faz pessoa portuguesa e pessoa russa. Pessoa portuguesa ganha mais que pessoa russa. Este eu não sei, este não discriminação, racismo...”* (46 anos, nac. russa, regularizado, empreg. da administração, comércio e serviços). Irina compara os níveis salariais dos imigrantes da Europa de Leste com os de outros grupos imigrantes e conclui que os seus concidadãos são os mais prejudicados. Para a entrevistada, os *“brasileiros até ganham igual que ganha um português; nós ucranianos se vamos a contar, cá não ganhas igual como...; nós ganhamos metade, parece que metade do preço.”* (38 anos, nac. ucraniana, regularizada, empreg. da administração, comércio e serviços).

A este respeito, Anton afirma: *“nós ganhamos um tanto menos, os ucranianos ganha menos que os portugueses, mas é diferente. Ucranianos recebe bem trabalhar, bem trabalho. Acho que devia pagar mais como portugueses.”* (37 anos, nac. ucraniana, não regularizado, ens. superior, trabalh. não qualific. da indústria e da construção). O entrevistado queixa-se ainda que *as horas extraordinárias* são remuneradas como fazendo parte do horário normal de trabalho. Assim: *“mas há pessoas que quando eu cheguei cá trabalhar para o meu patrão fizemos mais horas mas todas as horas ele pagou mais horas mas não pagou como paga-se (fazes mais 1 hora à parte do 8 horas, paga o dobro do tempo, mais 50%).”*

No entanto, também se registam situações em que os empregadores apreciam e valorizam o trabalho produzido pelos imigrantes da Europa de Leste, auferindo estes trabalhadores *melhores níveis de remuneração* do que os nacionais. Anton inscreve-se nesta tendência que julgamos ser minoritária, revelando que *“o meu patrão paga-me bem que os portugueses. Há portugueses que ganham menos que eu.”* (37 anos, nac. ucraniana, não regularizado, trabalh. não qualific. da indústria e da construção).

No mercado de trabalho, o tratamento discriminatório afecta os “imigrantes de Leste” e reflecte-se não só no salário, mas também no horário de trabalho e no próprio conteúdo das tarefas que lhes são cometidas. Irina revela que geralmente é-lhes atribuído o *“trabalho mais pesado é para o de leste”*. Acha estranho que em contexto nacional sejam socialmente aceitáveis comportamentos como quando os *“patrões não pagarem no dia combinado”* ou, então, nunca pagarem. Quando estava numa situação não regularizada, Irina experienciou esta situação numa empresa de limpeza industrial. Um dia decidiu que não iria trabalhar mais e foi pessoalmente reclamar junto do patrão, exigindo o que lhe era devido: *“eu sabia onde ele mora e fui a casa deles para pagarem que preciso urgente dinheiro, tenho marido no hospital, e*



depois pagou.” (38 anos, ucraniana, regularizado, empreg. da administração, comércio e serviços). Decidiu deixar essa actividade profissional porque a instabilidade e a incerteza eram permanentes.

Oleg representa bem esta situação, pois neste momento sente-se discriminado pela entidade patronal, já que no contrato está estabelecido que tem a categoria de servente, e, embora aufera a remuneração correspondente a esta categoria, sempre trabalhou como “oficial”. Ou seja, o entrevistado apesar de executar tarefas mais qualificadas e que extravasam a sua categoria profissional recebe um salário que corresponde a quase duas vezes menos do que poderia auferir se o empregador equiparasse o salário ao conteúdo real das tarefas executadas:

(...) ‘olha, nós já fazemos trabalho oficial, vamos fazer outro contrato ou paga mais’, eles diz que não tem dinheiro para pagar, pronto, ‘se quiseres, podes ir embora’, nós vamos embora. Fazemos visto permanência e saímos desta empresa e portugueses trabalha porque eles ganha mais, mais duas vezes. 700 Euros, eles ganha 700 Euros, nós ganhamos 400, não é, mais ou menos dois vezes. (33 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção).

Vladimir tem um outro posicionamento e considera que estas práticas não podem ser classificadas de racismo, são outrossim mais uma “*forma de enganar as pessoas*”. O próprio teve experiências profissionais negativas, quer trabalhando para empregadores nacionais, quer para empregadores da Europa de Leste. A propósito do empregador que era seu conterrâneo, diz: “*encontrei uma pessoa de nosso país que vai arranjar uma empresa, trabalhamos dois meses, dois e meia. Um mês pagou e aqueles já não, ele fugiu com todo dinheiro.* (34 anos, nac. russa, regularizado, desempregado, (trabalh. não qualificado da indústria e construção)). Este entrevistado chegou a Portugal em 2000 e quando cá chegou acompanhado de outros conterrâneos contactaram um intermediário que lhes arranjou trabalho, assim: “*naquela altura não há nenhum contrato, só ilegais e trabalhamos por uma semana trabalhos muito esforçado, saímos de casa às 6 da manhã e saímos de casa às 10, às 10 da noite. Muito difícil, muito pesados e passou uma semana...*” (34 anos, nac. russa, regularizado, desempregado). Em sentido jurídico, a exploração das fraquezas e fragilidades de certos grupos sociais como os imigrantes, cabe na definição de escravatura num sentido mais amplo (Canotilho (coord.) (2000), p. 160). A situação descrita por Vladimir parece enquadrar-se bem nesta definição, já que após uma semana de trabalho efectivo, o entrevistado e seus companheiros foram despedidos sob o argumento de que “*trabalharam mal*”. Na sequência deste processo, acabaram por não receber a retribuição pelo trabalho efectuado e ficaram sem os passaportes, entretanto confiscados pelos patrões. Passaram a noite na rua (em Leiria) e depois vieram para Lisboa e viveram durante alguns meses na rua, mais concretamente na zona de Entrecampos, pois não tinham dinheiro para regressar ao país de origem, até porque lá tinham dívidas por pagar. Tiveram receio de denunciar o caso à polícia porque se encontravam em *situação não regularizada* e só conseguiram sair da rua com a ajuda dos técnicos da Porta Amiga das Olaias (AMI). Os receios e dificuldades por que passou estão bem patenteados no seu discurso:

(...) aquela altura nós também tivemos medo de polícia que vão prender-nos e... porque nós não podemos explicar coisas bem, então achámos que todas coisas polícia vai mandar-nos para fora do país. E pois... passaram por Lisboa, viveram na rua bastante tempo, passaram Entrecampos e viviam em cima... e aquele pessoas de segurança, espera... Para nós os dois ajudou uma associação de AMI, conhece? (34 anos, nac. russa, regularizado, ens. médio, desempregado (trabalh. não qualificado da indústria e construção)).

Quando questionado sobre como é que emocionalmente reagiu à situação, Vladimir afirma que, numa fase inicial, até pensou organizar uma espécie de vingança sobre o sujeito que o prejudicou. Transcorrido este tempo, o entrevistado revela que não ficou ressentido com a sociedade de acolhimento,



mas apenas “*com aquele pessoa, mesmo que faz isso e... não temos tempo para zangar-se porque precisa sempre pensar no futuro.*” (34 anos, nac. russa, regularizado, ens. médio).

Obviamente e como ficou patente no depoimento anterior, a *vulnerabilidade* a práticas discriminatórias torna-se mais severa e preocupante no caso dos trabalhadores em situação não regularizada.

Mas outros problemas e dificuldades afectam os imigrantes não regularizados. Nicolai tem 33 anos, é nacional da Ucrânia e faz referência àqueles que não se podem legalizar porque o patrão nunca fez descontos, bem como à incerteza dos que nunca sabem se vão ou não ser remunerados no final do mês ou após a conclusão da tarefa. Este entrevistado, apesar de ter chegado a Portugal em 1999 teve que esperar 3 anos para conseguir regularizar o seu estatuto. Nicolai mostra algum ressentimento face ao patrão para o qual trabalhou durante 2 anos e que se comprometeu a tratar do seu processo de regularização, o que nunca veio a acontecer. Quando finalmente percebeu que estava a ser ludibriado pelo empregador, o interlocutor ameaçou apresentar queixa contra o patrão junto das instâncias estatais. Mas, de imediato, Nicolai foi despedido em retaliação à sua reacção de sublevação (33 anos, nac. ucraniana, regularizado, casado, 1 filho, ens. superior, operário da indústria e construção).

A exclusão do indivíduo imigrante está associada e até pode ser agravada, em função de o seu estatuto estar ou não regularizado, no país de acolhimento. De facto, a situação de *indocumentado* fragiliza e precariza os vínculos, ainda que ténues, que o indivíduo mantém com a sociedade receptora. Quando cá chegam, receiam mostrar-se e aparecer publicamente, evitam contactar com os nacionais e os serviços públicos, não só porque não estão regularizados, mas também porque não dominam a língua portuguesa. Esta situação em que o imigrante não dispõe de todos os documentos que garantam a “legalidade” da sua estadia entre nós parece potenciar e facilitar a ocorrência de situações de discriminação nomeadamente no mercado de trabalho.

Por outro lado, é elevada a incerteza e a instabilidade da vida pessoal destes trabalhadores, já que, a qualquer momento, podem ser despedidos ou então podem não receber a totalidade ou parte do seu salário.

A não regularização facilita a ocorrência de situações em que os imigrantes com facilidade podem ser enganados pelos empregadores ou por outros intermediários que operam no mercado de trabalho. Oxana, quando deixou a Rússia, queria ir para Espanha, mas como estava “ilegal” e sem trabalho, permaneceu neste país apenas um mês, em alternativa, decidiu vir para Portugal. Quando cá chegou foi trabalhar à noite em “*casas de alterne*”. Uma das práticas mais frequentes nesta actividade que decorre na sombra e na obscuridade consiste em os proprietários das casas nocturnas não pagarem às mulheres, o que só é possível porque muitas destas mulheres não estão regularizadas, constituindo um alvo fácil para práticas de exploração. As notícias que surgem nos *Media* sobre as rusgas em “casas de diversão nocturna”^{xiii} que as autoridades policiais têm efectuado são relativamente frequentes e aí se detecta de facto a existência de muitas mulheres em situação irregular. Nestas circunstâncias, o que pode a mulher imigrante fazer no sentido de reaver o rendimento do seu trabalho? Para Oxana não resta qualquer apoio, com a excepção de recorrer à protecção de organizações criminosas que os entrevistados reconhecem e identificam como “*máfias*”^{xiv}, mas isso poderá implicar a inserção numa teia de relações perigosas, a entrevistada conclui que “*não pode fazer nada. Está a trabalhar à noite e foi enganada? Sem contrato, claro que não é possível. Não... Se tem contrato, com os advogados pode tentar...*” (41 anos, nac. russa, não regularizado, ens. superior, trabalh. não qualific. dos serviços).

Já em 2002, a OIM, num relatório denominado “*Exploitation: Report on the Russian Federation*”, alertava para o problema do tráfico de mulheres na Federação Russa, devido à forte crise económica que atravessou o país no período de transição para a economia de mercado, assinalando ainda “*la Fédération de Russie est tout à la fois pays d’origine, de transit et de destination pour les femmes et les enfants livrés à la traite dans l’industrie mondiale du sexe. (...) Le crime organisé a la main mise sur la majeure partie de la*



prostitution et de la traite en Russie, que ce soit à l'échelle nationale ou internationale. Dans la Fédération même, les groupes criminels, qualifiés de mafias, diffèrent en taille et en organisation, allant de quelques personnes agissant de concert à des centaines de gens organisés en vastes réseaux.^{xv}(OIM, Juin 2002). Desde os agentes de recrutamento que actuam mais em cidades pequenas e aldeias, até aos traficantes e intermediários que suportam e organizam o processo, todos extraem elevados benefícios financeiros do “comércio do sexo”. Este é um dos negócios mais lucrativos da actualidade e as sanções impostas parecem ser muito menos pesadas que as estabelecidas para outras práticas ilícitas, como o tráfico de droga e de armas.

Oxana refere que não conhece de perto casos de mulheres que trabalhem em estabelecimentos de animação nocturna, como bares, clubes, discotecas, etc. que estejam sob coacção de “redes de tráfico de mulheres”. Contudo, conhece algumas que foram assaltadas e agredidas quando já de madrugada saíam do seu local de trabalho, sendo estas acções possivelmente perpetradas por grupos de extorsão:

(...) as raparigas que fazem strip-tease sempre ganharam e ganham mais do que qualquer alterna e depois do trabalho foram assaltadas, maltratadas e o ouro e o dinheiro, os telemóveis, se calhar alguém sabe que trabalha à noite, ganha algum dinheiro mais. (41 anos, nac. russa, não regularizado, ens. superior, trabalh. não qualific dos serviços).

São frequentes as situações laborais em que o empregado trabalha para um patrão durante algum tempo, numa situação de extrema dependência e subordinação, uma vez que trabalha “ilegalmente”, sob a promessa e com a esperança de que a curto prazo a sua situação será regularizada. Irina considera injusta a situação de muitos destes imigrantes que, embora trabalhem sem contrato e na informalidade, estão impossibilitados de atestarem o exercício de uma actividade profissional, e de, assim, regularizem a sua situação:

Por exemplo, se a pessoa esteve a trabalhar dois, três anos e patrão nunca fez contrato, imigrante não tem um papelinho em conforme esteve a trabalhar estes dois, três anos, como é que pode provar que esteve aqui a trabalhar tanto tempo e ele perde tudo.... (38 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. médio, empreg. da administração, comércio e serviços).

Esta entrevistada classifica como racismo o conjunto de todas estas práticas discriminatórias exercidas no mercado de trabalho e principalmente sobre os trabalhadores provindos do Leste. Para Irina, principalmente no mercado de trabalho, quem detém os meios de produção e está numa situação de dominação tende a tratar os dominados, ou seja, os imigrantes como seres desapossados de humanidade - “imigrante ucraniano, romeno, da Moldávia... ah, isto já não é pessoa humana.” (38 anos, nac. ucraniana, regularizada, ens. médio).

Relativamente às várias situações concretas relatadas pelos entrevistados, percebemos uma espécie de padrão de reacções dos entrevistados, tendencialmente mais reservadas e interiorizadas do que exteriorizáveis, manifestando dificuldades em adoptar atitudes mais reivindicativas e em recorrerem a mecanismos jurídicos de reclamação dos seus direitos. A este propósito, Elena, nacional da Rússia e redactora num jornal de língua russa, revela que conhece inúmeras situações em que os patrões enganam os trabalhadores de Leste e nem sequer receiam serem levados a tribunal, dada a situação de impunidade que parece pairar nas relações laborais. A entrevistada reconhece que de uma forma geral estes trabalhadores não adoptam uma postura reivindicativa, pois não discutem nem exigem muito do empregador. Todavia, há quem reaja de forma sub-reptícia em retaliação ao sucedido, como conta Vladimir:

Por isso, se tu vais arranjar uma maneira, tu não vais receber teu dinheiro, claro que ele, como tu vais, tu não vais arrombar casa dele, nem matar dele. Mas tu podes ficar mais, como se chama... tenho palavra, mas não sei como se chama... ficas mais tranquilo. Tu consegues



arranjar uma maneira, arranjar um ponto fraco. (34 anos, nac. russa, regularizado, ens. médio, empreg. da administração, comércio e serviços).

Quando solicitados a reflectir sobre as reacções dos imigrantes em situação de discriminação no mercado de trabalho, nomeadamente quando não são remunerados pelo trabalho realizado, Vladislav salienta que os imigrantes que foram lesados tentam solucionar os problemas com a máxima discrição possível. Ou seja, *“no geral pessoas quer tratar isto mais sossegado, sem criação dos problemas para patrão, sem criação de problemas para si porque eles também respeitam patrão”* (29 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços). Denota-se também uma postura de respeito e de gratidão face ao empregador que lhes possibilitou o exercício de uma actividade profissional, que por vezes ajudou o indivíduo a encontrar alojamento ou até ofereceu a título gratuito alojamento a si e à sua família. Esta atitude relembra a estratégia de “adaptação neo-feudal” formulada por Hoffmann-Nowotny (1973) e utilizada por Pinto Simões no contexto de um “estudo sócio-psiquiátrico” (Simões, 1985, p. 79), que este clínico levou a efeito entre 1977/ 78 num grupo de emigrantes portugueses a residir no cantão de Zurique (Suiça)^{xvi}. O autor verificou que alguns emigrantes percepcionavam como legítimas as situações discriminatórias e como normais e naturais as situações de privilégio dos autóctones. Esta atitude tem efeitos, por exemplo, ao nível da redução dos níveis de percepção de sentimentos de discriminação, situação que é visível e até verbalmente manifesta em alguns dos imigrantes russos e ucranianos por nós interrogados. Vladislav justifica este comportamento com base nos processos de socialização, que desde muito cedo orientam estes sujeitos para a disciplina, rigor e auto-controle.

E também, desculpa lá, no nosso país tive uns regras de disciplina. Eu acho que não é assim tão mau isso. Tem sua regra, a pessoa têm que cumprir aquela regra, tem que respeitar desde a escola. E se alguém que pode gritar e não sei quê ‘oh, racista, fascista, não sei quê’ e o quê? E vai transformar isso no quê? (29 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior).

Os entrevistados reconhecem que hoje em dia os imigrantes já não mantêm as desconfianças iniciais que detinham há 3 ou 4 anos atrás. Nessa altura receavam recorrer à justiça, principalmente os que se encontravam em *situação irregular*, pois temiam perder o trabalho, serem presos e até repatriados.

Neste contexto são muitos os que optam por uma estratégia ainda mais defensiva que *“é deixar um patrão e procurar um patrão novo. Existiu pessoas que eu acho que exploravam isso. Felizmente agora há cada vez menos...”* (29 anos, nac. russa, regularizado, empreg. da administração, comércio e serviços). Parece esboçar-se assim uma tendência para um grande auto-controle do *locus* emocional por parte destes imigrantes.

Mas há que ter em conta que alguns imigrantes receiam reivindicar, ou manifestar o seu desagrado em virtude de terem dificuldades ao nível da compreensão e expressão da língua da sociedade de acolhimento e devido a uma certa atitude, pelo menos inicial, de desconfiança face ao sistema judicial. Leonid desvaloriza estas dificuldades e, apesar de já estar em Portugal desde 1997, considera que não vale a pena recorrer ao sistema judicial, dada a perda de tempo e a complexidade inerente aos procedimentos judiciais (40 anos, nac. russa (cidadania ucraniana), regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção).

Vladimir assinala que só os imigrantes que conhecem a legislação e estão regularizados é que recorrem ao patrocínio de advogados e solicitam apoio às associações de imigrantes. Alguns deixam transparecer a revolta que sentem, o que se traduz na necessidade de se superiorizarem, de mostrarem algum poder e assim responderem de algum modo aos dominantes que os prejudicaram. Vladimir exemplifica algumas das possíveis práticas de *“vendetta”* que podem ser accionadas: *“uma vingança, por exemplo, pode estragar automóvel ou casa ou qualquer coisa, só por causa disto. Ele não vai receber nada sobre isto, mas faz, mas faz, eu também conhece aquelas coisas.”* (34 anos, nac. russa, regularizado, ens.



médio, desempregado). Esta forma de reagir é possivelmente a única forma de os imigrantes, nomeadamente *ilegais*, libertarem a sua revolta e resgatarem o seu orgulho e dignidade. Pedro revela que *“aqueles que são ilegais nunca vão a tribunal, iam fazer o quê? Ficam revoltados, conheço um caso em que o imigrante deu fogo ao carro e casa desse patrão, depois foi preso e apanhou alguns anos.”* (25 anos, nac. ucraniana, não regularizado, 9 anos escol., trabalh. não qualific. da indústria e da construção). Estas situações dramáticas podem ser pontuais, mas revelam o desespero e eventualmente a falta de meios e de estruturas sociais que prestassem apoio aos imigrantes não regularizados, principalmente para os que chegaram cá em 2000, apesar de haver no terreno algumas instituições que já providenciavam algum apoio, porventura insuficiente como o JRS, a Porta Amiga das Olaias, a ASI e algumas Igrejas.

Vladislav tem 29 anos, é dirigente de uma associação de imigrantes, e na sua óptica em Portugal não há discriminação dos imigrantes no mercado laboral. Conhece situações em que os imigrantes fizeram cá um percurso de clara ascensão sócio-profissional. Refere o caso de *“um senhor que começou a trabalhar com limpeza de escada num mercado, agora está gerente dele. Fazer um concurso e ganha.”* (nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços). Para este entrevistado, a sociedade portuguesa é altamente competitiva e coloca novos desafios aos próprios imigrantes, no entanto, também lhes oferece oportunidades para que estes mostrem as suas reais capacidades e competências. Para alguns imigrantes, o excesso de burocracia inerente ao reconhecimento do seu diploma académico é desmotivante e é algo que é percebido como uma forma de dificultar o acesso dos imigrantes a profissões mais qualificadas. Vladislav desmistifica essas dificuldades e acha que o trabalhador imigrante tem só que adaptar-se e aprender *“as regras do jogo”*. Neste contexto, diz:

(...) quando pessoa vem cá ela percebe-se que nós estamos de lado da concorrência. Se vocês quer ganhar uma vaga bom, aprende-se, adapta-se, aprende os regras e depois mostra a sua capacidade. Por exemplo, chegou médico, ninguém não vai dar trabalho a médico porque eu sou médico, não. Trata os documentos, prepara, conhece língua ou como tratar o doente. Faz todo o caminho que é preciso e não é fácil mas quem quer, quem tem vantagem, pode. Mostra o que é que tu podes fazer. (29 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior).

Para Philippe Bataille (1998, p. 18), o conjunto de práticas que consiste em manter o estrangeiro numa situação de dominação não é mais do que uma manifestação de racismo estrutural. O autor salienta que *“les victimes du racisme se plaignent plus de ces faits que des blagues d’un goût douteux qui leur sont destinées et qui viennent le plus souvent des collègues avec qui ils partagent, bon gré mal gré, une histoire commune. L’avancement, la reconnaissance des compétences et l’attribution des postes indiquent la dimension structurelle d’un racisme qui s’inscrit dans l’organisation du travail”*.

Ao nível das *relações de trabalho com colegas, chefias e até com os patrões*, as relações são dotadas de alguma complexidade, já que parece haver um certo sincretismo e ambivalência ao nível de atitudes e sentimentos. Alguns dos entrevistados revelam claramente que se sentem inferiorizados pelos seus colegas e patrões, o que parece afectar negativamente a sua auto-estima pessoal. Inna tem 26 anos, nacionalidade russa, cidadania ucraniana e afirma que é descabido falar da existência de racismo da população maioritária face aos *“imigrantes de Leste”*. Todavia, a própria já sentiu da parte dos portugueses uma *atitude de superioridade*, afirmando que *“acho que maior parte pensa que nós é menos aqui que eles.”* (regularizada, ens. médio, empreg. da administração, comércio e serviços).

Esta atitude é também pressentida por Leonid que já trabalha para o actual empregador há cerca de 4 anos e fica desagradado e até magoado com o facto de o patrão e os colegas nunca o chamarem pelo seu próprio nome. Leonid manifesta-se desagradado com essa prática, afirmando: *“eu chateio-me muito quando colega diz: ‘russo anda cá’, por exemplo, eu nem ligo, chamo-me Leonid’, desculpe; mesmo com o patrão eu também nem ligo, nem vou lá.”* (40 anos, russa (cidadania ucraniana), regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção). O entrevistado refere-se à atitude de sobrançeria e de superioridade



manifesta por parte do patrão, que até possui menos qualificações escolares e profissionais que os seus subordinados. Leonid fala no mal-estar e desconforto que tal atitude lhe suscita:

(...) eu acho que... em termos de salários, de ordenados, de profissão, isto normalmente somos iguais todos, mas o tratamento mesmo como imigrante e os patrões, patrões normalmente paga de cima para baixo, não é?

Ele tem quatro classes e eu tenho ensino superior e não tenho contrato. Isto ofende um bocadinho. (40 anos, nac. russa (cidadania ucraniana), regularizado, ens. superior).

Natacha é ucraniana e em Portugal já exerceu várias actividades profissionais, sendo uma das primeiras como trabalhadora de copa num restaurante, onde sofreu várias humilhações, exercidas por um colega de trabalho que era seu superior hierárquico. A entrevistada fala em sofrimento associado a esses actos contínuos de depreciação e que se traduziam em violência verbal. Concretiza o que o colega lhe dizia:

(...) coisas muito más, muito más mesmo, ofendia-me ou gritava, e chamava-me vários nomes e eu passado um tempo comecei a perceber (...) e ele dizia: 'ucraniana estúpida' mas eu percebia, eu já percebia e falava coisas más...isto está mal feito, não deve ser assim...' (37 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, quadro técnico intelect. e científico).

Perante a violência verbal e até psicológica a que esteve sujeita durante o tempo em que trabalhou naquele local, Natacha revela que é incapaz de suportar humilhações e altercações. A sua forma de reagir é completamente diferente, tende a exteriorizar a sua tristeza e revolta interior através das lágrimas, contando que: *"Pronto, uma vez pediu um croissant aquecido e eu não percebi. Eu percebi 'aqui já se foi' e eu fiquei a olhar 'o que é que ele quer?' E ele começou a gritar, gritou, eu comecei a chorar e pronto."* (37 anos, ucraniana, regularizado, ens. superior).

Alguns dos entrevistados estão cientes de que, para alguns sectores da população portuguesa, os imigrantes configuram uma *ameaça realista*, até porque o número de desempregados tem aumentado. Anatoli é ucraniano e descreve a forma como os portugueses encaram os imigrantes:

(...) muitos portugueses fala assim – 'nós temos muitos imigrantes aqui e Portugal ficou sem trabalho; temos muitos estrangeiros: brasileiros, ucranianos, moldavos...; você rouba nosso trabalho e você trabalha'... português não quer trabalhar por mil euros por mês. (47 anos, regularizado, ens. superior, desempregado (operário da indústria e construção)).

Esta ideia ganhou uma maior projecção e consistência a partir de finais de 2001 (até 2004), tendo por base o reduzido crescimento económico e a recessão em alguns sectores de actividade, como a construção civil, registando-se um aumento das taxas de desemprego entre os nacionais, mas também entre os imigrantes. Natacha faz alusão a este fenómeno, que veio contribuir para uma atitude de maior reserva dos portugueses face à imigração, dizendo que: *"o crescimento do desemprego é claro que, ficam assim as pessoas ficam chateadas porque para portugueses não chega trabalho e ainda vêm cá muitos estrangeiros."* (37 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, quadro técnico intelect. e científico). Para Pavel, hoje em dia, os "imigrantes de Leste" são percebidos como os responsáveis pelos problemas e males sociais, *"qualquer coisa má que aconteça é logo do leste."* (29 anos, nac. ucraniana, não regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção). O entrevistado afirma que os "imigrantes de Leste" sabem fazer tudo, porque a sua formação escolar é abrangente e alargada, por isso *"não têm medo do trabalho"*, acha que os portugueses "têm inveja" dos imigrantes porque *"dizem que aumenta o desemprego por nossa causa."* (29 anos, nac. ucraniana, não regularizado, ens. superior).



Irina evidencia o facto de os imigrantes do seu país de origem trabalharem com seriedade, rigor, cumprindo escrupulosamente os seus deveres profissionais diferentemente do trabalhador português que *“disfarça mais do que trabalha como já lhe disse que não gosta de trabalhar, só pensa gastar tempo e isto eu já sei, não precisa dizer, que eu já vi, em três anos já vi muito...”* (38 anos, nac. ucraniana, regularizada, empreg. da administração, comércio e serviços).

Neste contexto, para alguns dos imigrantes não é de estranhar que uma parte substancial dos portugueses tenha uma opinião desfavorável face à imigração, principalmente aqueles que são activos adultos. Pedro estima que, pelo menos *“metade dos portugueses não quer os imigrantes. São geralmente pessoas com mais de 40 anos e pensam que imigrantes estão a roubar o trabalho deles; esses portugueses não querem trabalhar, muito menos querem esses trabalhos.”* (25 anos, nac. ucraniana, não regularizado, trabalh. não qualific. da indústria e da construção).

Por vezes, e associada à percepção destes imigrantes como uma ameaça realista, alguns membros da maioria expressam formas de discriminação verbal manifesta e flagrante em espaços públicos mais difusos, como seja a rua, os transportes públicos, as filas e as salas de espera, entre outros.

Oleg é ucraniano, é médico, mas neste momento não consegue encontrar trabalho porque está com dificuldade em obter a regularização do seu estatuto e refere claramente que *“não tem muito racismo em Portugal”*; no entanto, lembra-se de, enquanto esperava na fila para o autocarro, ter escutado comentários desfavoráveis, proferidos pelos nacionais face aos seus compatriotas. Oleg descreve o que ouviu:

(...) algum pessoas pensa que nós, diz que nós analfabetos ou não fazemos nada, não sabemos fazer nada, a não ser... Para nós já... uma vez, não, já mais vez que espera autocarro, está na paragem, que ninguém não pode dizer que é imigrantes de Leste, ninguém. (38 anos, desempregado (quadro técnico intelect. e científico)).

O entrevistado sente uma atitude de superioridade por parte dos nacionais, que tende a inferiorizar e a subestimar o imigrante. Oleg não responde a esses comentários, diz que tal não passa de uma mera opinião, contudo, não sabe explicar a sensação de desconforto que sente.

Leonid está em Portugal desde 1997, tem 40 anos, nacionalidade russa e cidadania ucraniana e lembra-se que, ao longo do tempo, sempre ouviu comentários depreciativos sobre a presença dos imigrantes. Na sua perspectiva, estes tendem a ser hostilizados, demonizados e culpabilizados pelo incremento das taxas de desemprego e abaixamento dos preços da força de trabalho. O entrevistado até reconhece que este último aspecto até pode ser verdade, mas clarifica que, geralmente, os imigrantes ocupam segmentos do mercado de trabalho que são rejeitados e indesejados pelos nacionais. Desta forma, Leonid chama a atenção para o facto de *“se não tiver os imigrantes ninguém quer andar nas obras dos portugueses, é muito pouco, vamos dizer 5% dos trabalhadores da obra é os portugueses, o resto é imigrantes, se calhar baixamos preços mas no geral não tiramos lugar”* (regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção). Dificilmente estes imigrantes são concorrentes directos dos trabalhadores portugueses, porque raramente competem com os nacionais nos mesmos segmentos do mercado de trabalho.

Para os imigrantes, os portugueses deveriam reconhecer o seu contributo para a economia e para a segurança social, porque afinal eles estão aqui a trabalhar para Portugal e não para o seu país de origem.

Acesso ao mercado de habitação

A discriminação face a estes imigrantes concretiza-se essencialmente nas situações de arrendamento, já que são um alvo fácil de práticas de exploração e de especulação, mas também experimentam fortes obstáculos no acesso ao crédito para aquisição de habitação. No que se refere a este



último aspecto, nos relatos dos entrevistados surgem algumas reclamações face às instituições bancárias, nomeadamente ao nível da concessão de crédito bancário para aquisição de casa própria. Os entrevistados lamentam que seja tão difícil a concessão de crédito para aquisição de habitação aos imigrantes que apenas dispõem de Autorização de Permanência (AP). Para o representante de uma associação de imigrantes que entrevistámos a título meramente exploratório, os imigrantes com AP'S, ou seja, *“com visto de escravatura não têm direito a crédito bancário, nenhum banco lhe dá crédito se a pessoa daqui a 1 ano pode ser expulsa”*. (Associações de imigrantes, nac. portuguesa).

Relembre-se que a maior parte dos cidadãos ucranianos, russos e de outros países da Europa de Leste a viver em Portugal dispõe apenas de uma autorização de permanência de curta duração, ou seja, a prazo, embora seja passível de renovação. Entre todos os entrevistados com AP, Natacha constitui uma singularidade, é a única que teve acesso a crédito para aquisição de habitação. Apesar de todo o processo ter sido moroso e envolto em sucessivas dificuldades e obstáculos, a entrevistada conta como ela e a sua família conseguiram superá-los, com persistência e com o apoio de terceiros:

Depois os donos quiseram vender a casa onde é que nós comprámos a casa. Foi muito difícil. Foi muito difícil porque tentámos várias vezes, mesmo com fiador e com contas bancárias e com contrato já efectivo – o meu marido é efectivo e eu também, mas sempre era negativa a resposta. E não sei como é que aconteceu pela última vez, que o meu marido nem queria, nem queria tentar porque ele fartou-se de juntar toda a papelada e enviar. (...) Depois pronto, aquilo demorou para aí meio ano, outra vez a juntar todos os papéis e tudo. (37 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, quadro técnico intellect. e científico).

Mas também nos processos de arrendamento surgem dificuldades e problemas. De salientar que segundo dados avançados pelo INE e publicitados por Malheiros e Vala (2004, p. 1078), em 2001, 79,1% dos “imigrantes da Europa de Leste” viviam em casas alugadas, mas apenas 5,0% ocupavam casas com baixo nível de arrendamento.

Svetlana faz referência não só às dificuldades em obter crédito por parte dos imigrantes que já têm mais de 50 anos, mas também ao facto de ser difícil arranjar um fiador de nacionalidade portuguesa para a realização de contratos de arrendamento. Assim salienta: *“para estrangeiros não há possibilidades. Para mim e marido, banco já não dá crédito porque somos velhos. Serge ucraniano é meu fiador no contrato de arrendamento.”* (nac. ucraniana, regularizado, ens. médio, à procura de emprego).

Os representantes das ONG's entrevistados no momento da análise exploratória realçaram entre as dificuldades concretas com que os imigrantes se deparam quando procuram casa no mercado privado de arrendamento, a dificuldade em atenderem à exigência de terem um fiador de nacionalidade portuguesa, mesmo para a celebração de um simples contrato de arrendamento. Foi para obviar estas dificuldades que o Serviço Jesuíta de Apoio aos Refugiados passou a prestar aos imigrantes ajuda na procura de casa, havendo inclusive *“uma voluntária que faz isso”* (JRS, nac. portuguesa).

Oxana vive em Arroios (Lisboa) com a filha e o neto, mas está insatisfeita com as condições de habitabilidade do apartamento onde residem, e, por isso, gostava de mudar. Esta mulher nacional da Rússia já recorreu a táticas de encobrimento da sua identidade nacional nos contactos com os potenciais senhorios, tendo até pedido a uma vizinha portuguesa para ser ela a estabelecer o contacto telefónico relativamente a um anúncio de “casa para aluguer”. A proprietária acedeu a mostrar a habitação, no entanto, quando mais tarde Oxana e a sua filha foram visitar o apartamento, constataram da parte da proprietária uma atitude de retraimento e de rejeição:

Fomos com miúdo, fomos os três. Tocámos à campainha, subimos, a senhora saiu de casa e diz ‘ah, desliguei e só depois lembrei que a casa está quase alugada’. Desculpa, a casa ainda não estava alugada, tenho a certeza porque passo nesta rua todos os dias, o preço é caro, 500



euros por mês. (41 anos, nac. russa, não regularizado, ens. superior, trabalh. não qualific. dos serviços).

Oxana sentiu rejeição pelo facto de ser imigrante e revela que compreende a atitude da proprietária, pois está ciente de que há senhorios que já vivenciaram experiências negativas. Desta forma, a entrevistada de forma resignada aceita e confirma o estigma que, com sucesso, é aplicado a estes imigrantes, ao dizer: *“várias casas que foram alugadas aos imigrantes foram abandonadas, roubadas, partiram tudo, roubaram tudo.”* Perante esta situação, Oxana demonstra conformismo, enquanto a sua filha Maria declara que sentiu *“um bocadinho de raiva”*, percebendo que não valia a pena insistir, nem sequer implorar. Maria declara que *“eu também não quis falar com ela, não quis, pronto, obrigada.”* (23 anos, nac. russa, regularizada).

Vladimir considera que a procura de habitação via contacto telefónico prejudica os imigrantes da Europa de Leste, assim como os africanos. O sotaque destes grupos imigrantes denuncia facilmente a sua identidade, sendo de imediato excluídos do mercado de habitação por parte de alguns senhorios ou operadores imobiliários. No entanto, e à semelhança de Oxana, também o interlocutor não percepção essa prática como discriminação, considerando-a antes como socialmente legítima, na medida em que o senhorio ou proprietário *“pode não querer alugar a estrangeiros.”* (nac. russa, regularizado, ens. médio, desempregado). Para alguns entrevistados, essas atitudes de retraimento por parte dos senhorios são normais, banais e até aceitáveis, porque há quem tenha tido experiências menos positivas com imigrantes. Viktor compreende essas atitudes, alegando: *“porque ela já alugou a casa a alguns ucranianos e eles fizeram mal ou roubaram tudo ou alguma coisa e foram-se embora ou não pagaram e ela já não quer mais.”* (20 anos, nac. ucraniana, regularizado, empreg. da administração, comércio e serviços).

Alguns dos entrevistados queixam-se dos elevados valores do aluguer de habitações, já que, raramente, os valores são inferiores a 400 Euros, o que constitui uma despesa quase insuportável, principalmente quando não se partilha a habitação com outros indivíduos ou grupos familiares. Malheiros e Vala (2004, p. 1078) evidenciam a sobrelotação das casas arrendadas entre os “imigrantes de Leste”, registando 64,9% de casos de sobrelotação. O elevado preço das rendas de casa é um dos principais motivos que leva a que muitos dos imigrantes optem por partilhar o alojamento com outros, enquanto estratégia clara de redução dos custos de habitação per capita. A necessidade de amealhar o máximo de dinheiro possível leva a que alguns dos imigrantes se sujeitem a viver em situações de sobrelotação. Tal prática parece ser mais frequente entre os homens sós, que cumprindo uma lógica de maximização das poupanças.

Malheiros e Vala (2004, p. 1082) realçam ainda os padrões residenciais destes imigrantes, que diferentemente de outros imigrantes (PALP e comunitários), procuram fixar-se em zonas péri-urbanas. Anton é nacional da Ucrânia, tem 37 anos e não está regularizado, partilhando um apartamento com outros “imigrantes de Leste”, mais concretamente em S. Domingos de Rana (concelho de Cascais). O entrevistado evidencia que quando o imigrante não está regularizado não lhe resta outra solução que não seja a de dividir as despesas de alojamento com outros indivíduos.

Inna é de nacionalidade russa e observa fortes clivagens entre os grupos imigrantes, no que se refere aos apoios concedidos pelo Estado. No sector da habitação, os “imigrantes de Leste” estão arredados do acesso à habitação social; os apoios nesta área beneficiam sobretudo os africanos, os ciganos e os nacionais que residam em situações habitacionais degradadas e pouco dignificantes (p.e., barracas e casas abarracadas). Por seu turno, os “imigrantes de Leste” procuram condições habitacionais relativamente condignas, de uma forma geral, não procuram alugar-se em barracas, casas abarracadas, ou situações habitacionais similares, diferentemente do que se observa em outros grupos imigrantes. Reconhece que os imigrantes são explorados pelos proprietários das habitações, pois, *“e quando vai viver pessoa portuguesa, acho eu, paga menos que nós, muito menos, eu não percebo porquê, muito menos.”* (38 anos, regularizado, trabalh. não qualific. dos serviços).



Outros entrevistados referem ainda que, alguns dos proprietários recusam a celebração de contratos de arrendamento, quando o indivíduo é imigrante. Olga e a família aceitaram esta condição exigida pelo arrendatário, embora estejam cientes de que é uma situação ilícita e que fragiliza a sua posição de inquilinos:

Outra coisa, esta dona diz ‘desculpa lá, eu não quero vocês chegue para finança mostra contrato’ e nossa família não vai para finança, não pode, porque ela diz que como você vai para finança vai embora.

Ela não quer fazer contrato?

Sim. Eu paga um ano com Multibanco, fazer transferência porque ela diz: ‘eu não dar para você recibo’. (nac. ucraniana, 40 anos, regularizado, ens. técnico, trabalh. não qualific. dos serviços).

Sistema de ensino e contextos escolares

Em geral, os interlocutores consideram que as crianças se adaptam bem ao sistema de ensino português e que rapidamente aprendem a língua portuguesa, sendo, porventura, esta a maior dificuldade a ser ultrapassada no país de destino. Natacha inscreveu o filho mais velho no sistema de ensino a dois meses do fim do ano lectivo, receando que ele não fosse “bem recebido”. E efectivamente, parece que, no início, o jovem teve reacções psico-somáticas indiciadoras de dificuldades de adaptação: “*mas ele foi para o escola. E...vomitava todos os dias. E nós pensámos que talvez criança tem qualquer coisa.*” (37 anos, nac. ucraniana, regularizado, casada, 2 filhos, quadro técnico intelect. e científico), no entanto, estas reacções foram gradualmente desaparecendo, dado o bom acolhimento proporcionado pela escola e que é elogiado pela entrevistada:

Em língua português e nas outras áreas porque é evidente que ele não podia saber geografia de Portugal ou história ou qualquer coisa. O inglês começou aqui, porque com aquilo que ele conseguiu em 2 meses nem era capaz de passar o ano, mas fizeram-lhe testes mais simplificados e ele passou o ano. E foi um apoio imenso da parte das professoras da ...da escola. (37 anos, nac. ucraniana, regularizado, 2 filhos).

Em contexto de entrevista, Natacha afirma em tom exclamativo que a filha mais nova: “*foi tão bem recebida!*”, que rapidamente se integrou no meio escolar. Com surpresa, mas com satisfação, a entrevistada conta que a filha repetia incessantemente em casa: “*que pessoas boas*”.

Maria tem apenas 10 anos e frequenta o 4º Ano de escolaridade e declara que nunca foi alvo de atitudes e condutas de rejeição por parte de colegas, professores ou até de funcionários da escola. Contudo, assinala que, por vezes, os colegas tratam-na por “russa”, o que a deixa desagrada, dizendo:

Alguns que são um bocadinho mal-educados, chamam...

E contigo também já foram mal-educados?

Às vezes.

E em que situações é que isso acontece?

Às vezes no recreio, assim na sala de aula. (nac. russa, estudante, veio para Portugal ao abrigo do reagrupamento familiar).



Zina tem 3 filhos, 2 vieram para Portugal e um ficou no país de origem, e faz referência às dificuldades iniciais de adaptação experienciadas principalmente pelo filho mais novo, que tem 15 anos. Refere que não foi fácil a sua adaptação inicial ao contexto escolar, já que as outras crianças implicavam com ele e diziam “*vai para o teu país...*”. A entrevistada conta que o filho evita o contacto com crianças africanas em situações e contextos de interacção juvenil.

Filho diga na Internet esta africano crianças, depois muito barulho, muito... grito, muito Ahhh, este trabalho senhora, senhores e depois... não gosta, minha filho não gosta crianças de preto na Internet.

E onde é que ele vê a Internet?

Biblioteca de Brandoa... tudo... este. (45 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, desempregada (trabalh. não qualific. dos serviços)).

Também Nicolai lamenta a existência de um “*bocadinho de racismo*” por parte das outras crianças que frequentam a escola. Na opinião do entrevistado, as crianças limitam-se a reproduzir opiniões e atitudes que escutam e observam no seio da família ou no meio social mais alargado de que fazem parte. Para Nicolai a responsabilidade é sobretudo dos pais, dizendo:

(...) porque... fala com pais, mães em casa e muita gente não gosta nós, nós... fazemos porque nós, como eles pensam e como eles vi na televisão, fazemos mal para outros, trabalhamos no trabalho no português, não tem trabalho e nós fazemos este trabalho e... aqui há muitos racismos! (33 anos, nac. ucraniana, regularizado, casado, ens. superior, operário da indústria e construção).

O filho de Nicolai tem 12 anos e está a terminar o 5º ano de escolaridade. No ano anterior teve problemas de relacionamento com os colegas. Para além de ter escutado os mesmos comentários a que Zina já anteriormente fez alusão, foi alvo de agressões físicas por parte de um grupo de adolescentes. O entrevistado ficou surpreendido com o desinteresse da directora de turma e decidiu por sua própria iniciativa intimidar o grupo de crianças que exerciam violência sobre o seu filho:

Eles bateram fora da escola, 3, não é 1, 1 só é 1, não, 2, 3, 4 pessoas. (...) eu depois falei com aquelas 4 pessoas e depois...

Nunca mais houve problemas?

Porque eu falou muito, muito... muito stressado. Zangado.

E eles reagiram ou disseram alguma coisa?

Eles? Uma pessoa só dizer que... ele também fala para nós alguma coisa mal ele sim 'então pronto, você fala ele alguma coisa mal para vocês, fala com directora ou fala com ele sozinho, não é com 3 pessoas', uma e um, isso normal. Se é uma 3, uma 4, isso não, não. (33 anos, nac. ucraniana, regularizado, casado, ens. superior, operário da indústria e construção).

A pressão dos grupos de pares parece ser um dos motivos que mais influencia a aceitação e adaptação das crianças e jovens dos países da Europa de Leste em contexto escolar.

O irmão de Viktor tem 17 anos, estava a frequentar o 10º Ano e a meio do ano lectivo abandonou a escola. O entrevistado acrescenta que a mesma situação aconteceu com a sua namorada, que tem 15 anos e é russa. Segundo Viktor, ambos deixaram a escola porque tiveram problemas de relacionamento com os colegas de turma. O entrevistado refere com algum pormenor a rejeição de que a namorada foi alvo. No



primeiro ano da sua frequência do sistema de ensino em Portugal, parece que não houve dificuldades; os problemas surgiram no ano seguinte, quando foi integrada numa nova turma. Neste contexto, foi alvo de rejeição, sobretudo por parte das raparigas, não tanto dos rapazes, assim refere:

(...) elas disseram sempre – ‘olha, tu vai-te embora da nossa escola, tu não deixas nós estudar, ninguém gosta de ti aqui, tu és uma má, ninguém gosta de ti aqui, nem rapazes nem rapariga’; e ela sempre ficava zangada e sempre chorava e ela também deixou a escola. (20 anos, nac. ucraniana, regularizado, 10 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

Esta violência verbal provocava na jovem algum sofrimento pessoal, que não aguentou a pressão do grupo, tendo acabado por abandonar escola, quando ainda frequentava o 8º Ano.

Uma ideia que ganha algum destaque nos discursos proferidos pelos imigrantes é a categorização como “superior” do sistema de ensino do seu país de origem, comparativamente ao do país de recepção. Reconhecem que entre graus de ensino equivalentes há um desnível acentuado em termos de complexidade e de grau de exigência entre os programas praticados cá e no país de origem. Nina é ucraniana e assinala que *“lá é tudo mais difícil...a nossa escola vai à frente”* (40 anos, regularizado, 10 anos escol.). Acrescenta que as crianças que deixam a escolaridade no país de origem e retornam à escola na sociedade de acolhimento acabam por sofrer um “atraso” significativo, não só na evolução do seu percurso escolar, mas também ao nível do seu desenvolvimento intelectual. Salienta ainda a insatisfação e a frustração destas crianças, fazendo referência a um caso particular que conhece de perto:

(...) uma criança que está atrasada 2/ 3 anos; a criança fica estúpida aqui, é uma menina ucraniana que foi para o 5º Ano e ela sabia coisas e fazia perguntas que nem os colegas, nem a professora sabiam e por isso tinham inveja dela; ela sentiu-se muito mal. (40 anos, regularizado, 10 anos escol.).

Outros entrevistados criticam outros aspectos que se relacionam com a forma de funcionamento do sistema de ensino. Por exemplo, Dima questiona a lógica de todos os anos se mudarem os manuais escolares, uma vez que é algo que prejudica as famílias com menor capacidade económica, já que *“eles não perguntam se a pessoa tem dinheiro ou não para comprar este livro”* (28 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior). Conta como no seu país, a lógica de funcionamento é muito distinta:

(...) por exemplo, eu acabava de estudar este livro e este livro passava para outro que estava a seguir a mim e mesma coisa acontecia comigo e programa era o mesmo, por exemplo língua, matemática, geografia, tudo ficou na mesma, há coisas que não mudam e portanto eu acho que não vale a pena inventar programas novos só para alguém ganhar dinheiro. (28 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção).

Este entrevistado, que também é Presidente da Direcção de uma associação de imigrantes, salienta como positiva a facilidade com que os alunos manipulam as novas tecnologias da informação e comunicação, mas realça também que a instituição escolar esquece que há famílias, nomeadamente as imigrantes, que podem não ter recursos económicos para adquirir equipamento informático. Dima acrescenta ainda que: *“(...) eu também tenho aqui nas escolas também, que exigem trabalhos feitos no computador, não perguntam se a pessoa não tem computador e se a pessoa não faz ainda põem falta e depois de três faltas eles perdem o ano...”* (28 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior).

Estas dificuldades são vivenciadas de forma efectiva e quotidianamente por Jenna, que é filha de Olga. Jenna tem 15 anos e está a frequentar o 8º Ano de escolaridade, tendo já manifestado junto da mãe a necessidade e o desejo de ter um computador, mas o orçamento familiar não o permite. Olga diz: “você



muito tem computer, isto é muito bom; na Ucrânia muito pouco, muito pouco escola, classe onde tem computer, aqui é bom, eu gosto; (...) Nossa filha muito quer ter computer mas eu diz: 'Jenna, muito caro'." (nac. ucraniana, 40 anos, regularizado, casada, 2 filhos, ens. técnico, trabalh. não qualific. dos serviços).

A avaliação da intervenção das forças policiais

De uma forma geral, os imigrantes, quando avaliam a actuação e a relação com as autoridades policiais, centram-se essencialmente em algumas situações e contextos circunscritos, tendendo a apreciar o grau de eficiência dos serviços prestados.

Geralmente, os entrevistados que não estão em situação de reclusão não apresentam queixas, nem reparos, quanto à actuação das forças policiais, embora haja alguns que reclamem da assunção de uma postura marcada por uma certa indiferença. Os imigrantes interrogados observam uma atitude e comportamento que denotam tranquilidade nas forças policiais, não constatando atitudes de excesso de zelo nem de abuso de autoridade, mas obviamente que o termo de comparação é a conduta das forças policiais no país de origem.

Inna tem uma opinião muito favorável face às autoridades policiais portuguesas, tendo como ponto de referência a forma de actuação da polícia no seu país de origem: *"mas para nós pessoas não faz mal nenhum, na Rússia polícia é horrível, é... é preciso ver que é isto, sempre quer dinheiro, vais para cá, não podes ir, precisas pagar."* (nac. russa, 38 anos, regularizado, ens. médio, trabalh. não qualific. dos serviços).

BREVE NOTA CONCLUSIVA

O equacionamento das práticas percebidas como discriminatórias por parte dos sujeitos entrevistados remete-nos para um dos eixos centrais desta análise, alicerçada conceptualmente na noção de racismo quotidiano (Essed, 1991), a qual não se reduz à ocorrência de eventos únicos e pontuais, mas sim a um complexo de práticas acumuladas, que se encontram incorporadas na vida quotidiana, manifestando-se como banais, "normais" e legítimas para o grupo dominante (Essed, 1991, p. 288). Apesar da heterogeneidade das manifestações das práticas discriminatórias, há também algo que as unifica, devido à sua repetitividade, particularmente notória em domínios como o mercado de trabalho para os imigrantes. Mas esta também subsiste em domínios como a habitação, quer para os imigrantes, quer para os ciganos.

Os imigrantes russos e ucranianos optam, de uma forma geral, por um discurso de negação da existência de racismo, deixando transparecer uma espécie de atitude de não-reconhecimento e de sub-avaliação do fenómeno. Parece ser consensual que o fenómeno da discriminação sobre o seu *ingroup* se torna mais saliente e frequente no mercado de trabalho (configurando-se como uma regularidade); embora, também ocorra em outras esferas sociais (como a procura de habitação), menos valorizadas por estes imigrantes. Contudo, é de facto na esfera do mercado de trabalho que mais facilmente se apreendem as reacções comportamentais e emocionais dos imigrantes; ressentem-se da subalternização e em última instância do desapossamento de humanidade do cidadão imigrante, sujeito à diferenciação salarial, à ausência de uma relação contratual que o ligue ao empregador, ao não pagamento de salários ou ao pagamento abaixo dos valores inicialmente negociados, à execução de tarefas mais penosas e arriscadas e à exploração por parte de grupos de extorsão, intermediários ou outros actores que ilicitamente operam no mercado laboral. É relativamente a estes eventos discriminatórios ocorridos na esfera laboral que os imigrantes manifestam uma maior predisposição para exteriorizar e verbalizar o que pensam. Quando se auto-percebem como discriminados, os imigrantes russos e ucranianos tendem a permanecer em silêncio perante os perpetradores, a *"não responder nada"*, associando-se à sua auto-contenção a assunção de uma postura de impotência e uma espécie de sofrimento silencioso e invisível.



Dos relatos recolhidos, observa-se que o significado emocional dessas experiências discriminatórias tende a ser desvalorizado e silenciado, já que o imigrante se esforça por neutralizar as suas emoções, reforçando a sua condição de pertença a uma “minoría silenciosa”. Ora não se pode ignorar e desvalorizar o poder comunicativo do silêncio. Relembramos e subscrevemos a afirmação de Vincent Crapanzano (1994, p. 119): o silêncio é sempre suspeito, pode até ser um sintoma de resistência ou de “refoulement”. Nos vários domínios de discriminação, com excepção do mercado de trabalho, os imigrantes pautam-se por uma maior economia de gestos e palavras emocionais, comparativamente aos ciganos. Os próprios entrevistados relatam que a sua *fácies* pública é opaca, esforçando-se por não deixar transparecer emoções, o que pode ser interpretado como uma estratégia de preservação do seu Eu e de acomodação face à incerteza e insegurança inerentes às situações de confronto e de conflito em que se sentiram lesados.

Os ciganos descrevem com pormenor diferentes domínios e experiências em que se auto-percepcionaram como discriminados. Ao sentirem a discriminação tendem a fechar-se, isolar-se e afastar-se, estando aqui presente uma lógica de causalidade circular. De um outro prisma, porém, é a discriminação que tem contribuído para a sobrevivência da sua idiosincrasia. Em situações e contextos discriminatórios, os ciganos tentam fazer uma espécie de gestão das emoções, de modo a antecipar respostas emocionais dos Outros. O medo, a humilhação e a vergonha regulam as relações que mantêm com os Outros, e coexistem com o orgulho face à pertença étnica. A vergonha envolve um olhar para si próprio a partir do Outro, e pode-se encontrar em diferentes respostas: impotência, desvalorização face ao evento, contenção emocional e reacção verbal e/ou física. É interessante verificar que os entrevistados de ambos os grupos, que focaram as emoções experienciadas em situações e contextos discriminatórios, invocaram de forma recorrente a tristeza.

A maior ou menor intensidade da percepção da discriminação tem influência na representação do Nós e do Outro. Quando é percebida e vivenciada como menos intensa, até porque temporalmente menos consolidada (como é o caso de grupos imigrantes recém-chegados à sociedade portuguesa), a discriminação tende a gerar, entre as reacções mais comuns, o silêncio e a resignação. Concomitantemente, parecem emergir estratégias de teor essencialmente defensivo, não se exteriorizando de forma muito explícita as diferenças face ao Outro (maioritário), cuja representação combina elementos favoráveis e desfavoráveis, sendo o relacionamento marcado por alguma distância, embora não extremada e deixando abertura suficiente para o desenvolvimento de interacções mais profundas.

Por seu turno, a discriminação histórica e socialmente consistente parece associar-se a uma combinação de estratégias de carácter defensivo (condutas marcadas por um certo fechamento e por uma maior separação entre identidade social real e virtual, que inclui alusões explícitas ao “segredo do grupo”, como é demonstrado pelos ciganos) e ofensivo por parte dos discriminados (expressão visível da revolta, que inclui o recurso a opções que podem suscitar receio por parte do Outro maioritário, manifestas no descontrolo emocional exteriorizado, na violência verbal e/ ou física, etc.). Paralelamente e de forma reactiva há um processo de sobrevalorização da representação do Nós e de depreciação do Outro, o que serve para justificar e demarcar fronteiras relacionais. Eventualmente, o desenvolvimento destes processos num contexto marcado por uma discriminação historicamente sistemática por parte da maioria é fundamental para perceber a sobrevivência dos ciganos enquanto colectivo social e cultural autónomo no contexto das sociedades europeias (Stewart, 1997; Tong (ed.), 1998; Guy (ed.), 2001; Lucassen et al., 2001; Bochaca, 2003).



BIBLIOGRAFIA

- Almeida, João Ferreira de, et al. (1988), "Famílias, estudantes e universidade", in *Sociologia Problemas e Práticas*, 4, pp. 11-44.
- Almeida, João Ferreira de, et al. (1992), *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Baganha, I. (1996), *Immigration Insertion in the Informal Economy. The Portuguese Case (First Report)*, Coimbra, CES.
- Baganha, I., et al., (2004a) "The Unforeseen Wave: Migration from Eastern Europe to Portugal", In Baganha e Fonseca (eds.), *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisbon, Luso-American Foundation, pp. 23-39.
- Baganha, I., et al., (2004b) "Immigrants and the Labour Market: The Portuguese Case", in Luso-American Foundation (pub.), *Metropolis International Workshop - Proceedings*, Lisbon, pp. 89-120.
- Baker, Lisa-Jo and Paul Miasnikoff (2003), *EECA Ukraine Country Report*, IOM.
- Bataille, Philippe (1999), "Racisme institutionnel, racisme culturel et discriminations" in Philippe Dewitte (dir.), *Immigration et Intégration*, Paris, La Découverte, pp. 285-293.
- Bento, M. (1989), *Protecção Social em Diferentes Formas de Emprego Atípico*, (Policopiado), pp. 1-44, sem mais referências.
- Bochaca, Jordi Garreta (2003), *La Integración Sociocultural de las Minorías Étnicas (Gitanos e Inmigrantes)*, Barcelona, Anthropos.
- Bourdieu, Pierre et al. (dir.) (1993), *La misère du Monde*, Paris, Éd. du Seuil.
- Canotilho, Joaquim Gomes (coord.) (2000), *Direitos humanos, estrangeiros, comunidades migrantes e minorias*, Oeiras, Celta Editora.
- Castles, Stephen (2000), *Ethnicity and Globalization*, London, Sage Publications Ltd.
- Corkill, David e M. Eaton "Multicultural insertions in a small economy: Portugal's immigrant communities" in M. Baldwin-Edwards e J. Arango (eds.) (1999), *Immigrants and the informal economy in Southern Europe*, London, Frank Cass Publishers, pp. 149-168.
- Corrêa d'Almeida, André (2003), *Impacto da Imigração em Portugal nas contas do Estado* (versão final), Lisboa, Observatório da Imigração/ ACIME.
- Costa-Lascoux, Jacqueline (1996), "Immigration: de l'exil à l'exclusion" in Serge Paugam (dir.), *L'exclusion, l'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 158-171 .
- Crapanzano, Vincent (1994), "Réflexions sur une anthropologie des émotions", in *Terrain*, 22, pp. 109-17.
- Essed, Philomena (1991), *Understanding everyday racism: an interdisciplinary theory*, Newbury Park, California, Sage Publications.
- Fonseca M. Lucinda e J.M. Malheiros (coords.) (2005), *Social Integration and Mobility: Education, Housing and Health* (IMISCOE Cluster B5 State of the Art Report), Lisboa, CEG.
- Gamella, Juan F. (dir.), 1996, *La Población Gitana en Andalucía. Un Estudio Exploratório de sus Condiciones de Vida*, Sevilla, Junta de Andalucía.
- Giddens, A. (1994), *Modernidade e identidade social*, Oeiras, Celta Editora.
- Giménez, Ana (1994) "Extrajeros en su propia tierra: los gitanos" in Vírus (ed.), *Extranjeros en el paraíso*, Barcelona, Edicions Lletra SCCL, pp. 123-130.



- Goffman, Erving (1988) [1963], *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade manipulada*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- Gonçalves, Carlos et al. (1998), "Os Jovens, a Formação Profissional e o Emprego: Resultados de uma Investigação Internacional", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I Série, Vol. VIII, pp. 137-178.
- Guerra, Isabel (1998), "Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida", in *Sociedade e Território*, 25-26, pp. 118-128.
- Guillaumin, Colette (1993), "La «différence culturelle» " in Wieviorka, Michel (dir.), *Racisme et Modernité*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 149-151.
- Guy, Will (1998), "Ways of Looking at Roma: The Case of Czechoslovakia (1975)", in Diane Tong (ed.), *Gypsies: An Interdisciplinary Reading*, New York, Garland Publishing, Inc., pp. 13-68.
- Guy, Will (ed.) (2001), *Between past and future: the Roma of Central and Eastern Europe*, Hertfordshire, University of Hertfordshire Press.
- Hughes, Donna M. (2002), *Trafficking for Sexual Exploitation: The Case of the Russian Federation*, Geneva, IOM.
- IOM (International Organization for Migration), Research Report, 1998.
- Jodelet, Denise (1994), "Représentations sociales: un domain en expansion", in Jodelet, Denise (dir.), *Les représentations sociales*, Paris, PUF, pp. 32-61.
- King, Russel e Natália Ribas-Mateos (2005), "Migração Internacional no Mediterrâneo: «o Modelo do Sul da Europa»", in António Barreto (org.), *Globalização e Migrações*, Lisboa, ICS, pp. 191-221.
- Liégeois, Jean-Pierre (1987), *A escolarização das crianças ciganas e viajantes - Relatório da Comissão das Comunidades Europeias*, Luxemburgo, Ed. C.E.E..
- Lima, Teresa, Maneca (2004), "Risco de acidente de trabalho: desafios a uma cultura de prevenção. O sector da construção civil em Portugal", in *V Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: reflexividade e acção, Textos Atelier: mercados, emprego e trabalho*, Braga, 12-15 Maio, pp. 1-12.
- Machado, Fernando Luís (1999b), *Contrastes e continuidades. Migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*, Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Malheiros, Jorge Macaísta e F. Vala (2004), "Immigration and City Change: The Lisbon Metropolis at the Turn of the Twentieth Century", in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 30, 6, pp. 1065-1086.
- Malheiros, J. M. et. al. (2005), *Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na AML*, Relatório Final, Lisboa, ACIME/FCT.
- Moscovici, Serge (1988), "Notes towards a description of social representations", in *European Journal of Social Psychology*, Vol. 13, pp. 211-250.
- OIM (Juin 2002), *Exploitation: Report on the Russian Federation*, in *Traite des Migrants*, n° 25, Genève.
- Paquot, Thierry (1996), "Architecture et exclusion" in Serge Paugam (dir.), *L'exclusion, l'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 272-280.
- Paugam, Serge (1991), *La Disqualification Sociale*, Paris, PUF.
- Pettigrew, Thomas F. et R. W. Meertens (1993), "Le racisme voilé: dimensions et mesure", in Michel Wieviorka (dir.), *Racisme et Modernité*, Paris, Ed. La Découverte, pp. 109-126.



Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*, Oeiras, Celta Editora.

Remy, Jean et Lilianne Voyé (1974), *La Ville et L'Urbanisation: modalités d'analyse*, Gembloux, J. Duculot.

Santamaría, Enrique (2002), *La incógnita del extraño: Una aproximación a la significación sociológica de la «inmigración no comunitaria»*, Barcelona, Anthropos Editorial.

Seabra, Teresa (1994), *Estratégias familiares de socialização das crianças, etnicidade e classes sociais* (dissertação de mestrado), Lisboa, ISCTE.

Simões, Mário Pinto (1985), *O Emigrante Português – processos de adaptação (o exemplo da Suíça)*, Lisboa, Secretaria de Estado da Emigração, Centro de Estudos.

Sutherland, Anne (1986 [1975]), *Gypsies: the hidden Americans*, USA, Waveland Press, Inc.

Tabloni, Simonetta (2001), “Il n'y a pas de différence sans inégalité”, in Wieviorka et Ohana (dir.), *La Différence Culturelle. Une reformulation des débats*, Paris, Éditions Balland, p. 73- 84.

Wieviorka, Michel (1995), *A Democracia à Prova. Nacionalismo, Populismo e Etnicidade*, Lisboa, Instituto Piaget.

Wieviorka, Michel et al. (1992), *La France Raciste*, Paris, Éd. du Seuil.

Valverde, Paulo (1999) “O fado é o coração: o corpo, as emoções e a performance no fado”, in *Etnográfica*, Vol. III (1), pp. 5-20.

Ziegler, Jean (1999), *Os Senhores do Crime: as Novas Máfias contra a Democracia*, Lisboa, Terramar.

ⁱ Philomena Essed (1991, p. 3) esclarece que “everyday racism is infused into familiar practices, it involves socialized attitudes and behaviour. Finally its systematic nature indicates that everyday racism includes cumulative instantiation.” Trata-se assim de “practices prevalent in a given system.”

ⁱⁱ A este respeito foram auscultadas a título meramente exploratório as opiniões dos representantes das Centrais Sindicais, dos técnicos de algumas autarquias da AML, do IEF, de IPSS's e de outras ONG's. Sobre a incorporação dos ciganos no mercado formal de trabalho, uma das técnicas de uma autarquia afirma que os ciganos “(...) têm renegado um bocado aquilo que é que sua cultura, as raízes da sua cultura para poderem ser absorvidas pela nossa, o que não é um bom princípio, portanto, à discriminação racial. Portanto, aquela rapariga que conseguiu o emprego na Quimiparque tirou o luto, quando não o devia ter feito, mudou absolutamente o seu aspecto para não se parecer com uma cigana para poder ter um emprego fora da comunidade cigana, portanto, há discriminação.” Uma outra entrevistada, representante de uma instituição que promove acções de formação profissional e colocação de jovens formandos no mercado de trabalho, faz referência à rejeição de que é alvo não só o sujeito cigano, mas também a própria instituição que faz a mediação com o empregador, dizendo: “o que está mal, depois é a tal questão de nós não podermos dizer quando colocamos um jovem quem somos, que o jovem é cigano, que nós somos do programa de Promoção Social dos Ciganos, não é? Mas depois na prática é que não resulta.”

ⁱⁱⁱ Bourdieu (1998a) faz referência ao capital económico, cultural e social, mas também ao capital simbólico, o qual está ligado ao reconhecimento, à visibilidade e à admiração que são conferidas pela sociedade ao indivíduo, transmitindo-lhe assim uma razão de ser e um sentido à sua vida. O autor define este tipo de capital como “qualquer propriedade (qualquer espécie de capital, físico, económico, cultural, social) que seja percebida por agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles são capazes de a conhecer (de se aperceberem dela) e de a reconhecer, concedendo-lhe valor.” (1997, p. 80). Não querendo nós fazer uma transposição abusiva deste conceito para o quadro de discussão das questões da etnicidade, parece-nos que não será totalmente descabido falar em capital étnico, sendo aqui encarado como os recursos e os poderes identitários associados às pertenças étnicas conhecidas e reconhecidas, e que podem ser mobilizados pelos actores em contextos e situações de interacção social.

^{iv} Liégeois (1987, p. 216) acrescenta ainda que “fora da experiência da criança, todos os significados no seio da escola não reflectem, para ela, qualquer significado.”

^v Costa-Lascoux (in Paugam (dir.), 1996, pp. 158-9) faz alusão às imagens negativas que envolvem os “quartiers d'exil” franceses, onde se concentram os imigrantes, marcados pela pauperização, pelo desemprego, pelos particularismos culturais e religiosos, pela exclusão e por acções periódicas de violência. É a precariedade económica que condiciona o acesso aos direitos e às instituições, distanciando os imigrantes e grupos étnicos dos centros de poder e de decisão, fechando-os em “territórios de miséria”.

^{vi} José Gil (2005) diz que a inscrição implica acção, decisão e confere sentido à existência, in Portugal, Hoje: o Medo de Existir, Lisboa, Relógio D' Água.

^{vii} São famílias em que já houve conflitos que implicaram derrame de sangue, estando ainda por cumprir a obrigação de vingança.

^{viii} Este bairro localizado em Carnide não é mais do que um conjunto de antigas instalações de um quartel militar, que se situa junto a um aterro sanitário e onde aí viviam cerca de 104 famílias ciganas (cerca de 500 indivíduos), muitas das quais chegadas aquando da construção da Expo 98, pois era nesse local que antes viviam. Desde os anos 80 do século passado que estas famílias têm um historial de mudança de residência, tendo primeiro sido deslocadas da zona do Colégio Militar para os Olivais, devido à construção do Centro Comercial Colombo, e posteriormente daí tiveram de sair para o Vale do Forno.

^{ix} Mas há também concelhos na AM de Lisboa em que as autarquias procuraram adoptar programas de alojamento mais ajustados ao grupo cigano, apelando inclusive à sua participação. Nas entrevistas exploratórias uma das técnicas do Gabinete PER/ CM Cascais conta que na edificação dos últimos blocos do “Bairro Fim do Mundo”, o gabinete técnico “andou à procura de programas mais adaptados de habitação devido à história das cozinhas grandes e os quartos pequenos...aquelas chinesices todas que há para aí quem escreva”. Neste contexto o gabinete técnico encetou um processo de diálogo com a população a realojar e verificou que as exigências manifestadas pelos potenciais beneficiários eram muito simples, apenas “não queriam estar misturados com outros ciganos...”, gostariam de ter como vizinhos apenas alguns familiares e os não ciganos. Uma das estratégias que parece ter surtido efeitos positivos quer no ambiente social e físico, quer nas relações de vizinhança foi o facto de a autarquia ter inserido apenas 2 a 3 blocos de habitação de renda social entre prédios de habitação de mercado. Esta entrevistada assinala que desta forma “deixamos de ter o impacto dos bairros sociais... a gente nos novos sítios não dá conta dos prédios de habitação social.” (Gabinete PER/ CM Cascais, nac. portuguesa).

^x Também designado por policiamento comunitário; este modelo assenta na realização de parcerias comunitárias (criação de laços fortes e mutuamente vantajosos, entre a polícia e a comunidade) e no processo de resolução de problemas da comunidade. Há assim um apelo ao envolvimento dos membros da comunidade, utilizando-se as capacidades e os recursos existentes no seu seio. Neste modelo de policiamento utilizam-se algumas estratégias como “colocar os agentes perto dos cidadãos”, assim como se atribui aos agentes determinada área de intervenção durante um longo período de tempo “de modo a familiarizarem-se com a evolução da comunidade pela qual são responsáveis”, o que possibilita a criação de relações duradouras e de confiança, bem como sentimentos de segurança. Pretende-se a formação de uma “comunidade de interesses”, ultrapassando-se barreiras comunicacionais, preconceitos e desconfiança mútuas, in <http://www.psp.pt/psp/proximidade/proximidade.html>

^{xi} Ou seja, trabalho assalariado, mas não declarado pelo empregador, são trabalhadores que apesar de trabalharem por conta de outrem, não figuram nas folhas de remuneração remetidas às instituições da Segurança Social.

^{xii} Mas também porque subsiste ainda uma cultura profissional e empresarial de que se está perante actividades profissionais cujos conhecimentos são apreendidos em situação de “aprendizagem em exercício”.

^{xiii} Geralmente, essas rusgas são efectuadas à noite ou de madrugada. A título de exemplo, e citando notícias vindas na imprensa em 2003, em Ponta Delgada as autoridades detiveram “17 cidadãs estrangeiras que vão ser expulsas do país por se encontrarem ilegais, anunciou o SEF. A operação (...) permitiu ainda a recolha de indícios da existência de redes

de auxílio à imigração ilegal e de angariação de mão-de-obra ilegal.” (DN e Público de 24 de Outubro de 2003). Em 19 de Fevereiro de 2004 o Correio da Manhã e o Público noticiavam que “ficaram em prisão preventiva os dois proprietários de casas de diversão nocturna, conotadas com a prática de alterne, detidos pela PSP de Bragança (...) por suspeita da prática de crimes relacionados com a exploração da prostituição.” Estas são apenas algumas das situações vindas a público, mas muitas outras podem ser encontradas em http://sosracismo.blogspot.com/2003_10_01_sosracismo_archive.html

^{xiv} Jean Ziegler (1999, p. 19, p. 103 e p. 113) revela que o termo “máfia” é geralmente associado à máfia siciliana, tendo-se universalizado recentemente, nomeadamente nas repúblicas que emergiram do desmembramento da União Soviética. O termo “máfia” tornou-se sinónimo de crime organizado. Este mesmo autor sublinha que segundo estimativas da Interpol em 1997, “os cartéis do crime da Federação Russa dispunham de mais de 40% do produto nacional bruto”. Diferentemente com o que acontece com a Camorra, o crime organizado, nomeadamente na Rússia, dedica-se ao tráfico de seres humanos em grande escala. Para um esclarecimento mais aprofundado, veja-se *Os Senhores do Crime: as Novas Máfias contra a Democracia*, Lisboa, Terramar.

^{xv} A este respeito, em Março de 2004, o JN fazia alusão à detenção de um cidadão português entre 12 indivíduos que a polícia espanhola tinha detido, sob acusação de “integrarem uma rede internacional de tráfico de mulheres de países de Leste”, sobretudo russas, estas eram obrigadas a prostituírem-se em casas de alterne”. Ver http://sosracismo.blogspot.com/2003_10_01_sosracismo_archive.html

^{xvi} Simões (1985, p. 79) salienta que para Hoffmann-Nowotny as pessoas autoritárias tendem a aderir com mais facilidade a esta estratégia de adaptação à sociedade de acolhimento do que as não-autoritárias.